



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AMBIENTE, TECNOLOGIA E
SOCIEDADE

**JUVENTUDE RURAL NO CONTEXTO DA AGRICULTURA
FAMILIAR NO RIO GRANDE DO NORTE**

IZABEL JAGUAIARA COSTA DE OLIVEIRA

Mossoró/RN
Março de 2013

IZABEL JAGUAIARA COSTA DE OLIVEIRA

**JUVENTUDE RURAL NO CONTEXTO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO RIO
GRANDE DO NORTE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ambiente, Tecnologia e Sociedade da Universidade Federal Rural do Semi-Árido, Campus de Mossoró, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre.

Orientação: Prof^a. Dr^a. Elisabete Stradiotto Siqueira - UFERSA

Coorientação: Prof^a. Dr^a. Geovânia da Silva Toscano - UFPB

Mossoró/RN
Março de 2013

Ficha catalográfica preparada pelo setor de classificação e catalogação da Biblioteca “Orlando Teixeira” da UFERSA

O46j Oliveira, Izabel Jaguaiara Costa de.

Juventude rural no contexto da agricultura familiar no Rio Grande do Norte. / Izabel Jaguaiara Costa de Oliveira -- Mossoró: 2013.

86f.: il.

Dissertação (Pós-graduação em ambiente, tecnologia e sociedade) – Universidade Federal Rural do Semi-Árido. Pró-Reitoria de Graduação.

Orientador: Prof^o. Dra. Elisabete Stradiotto Siqueira
Coorientador: Prof^o. Dra. Geovânia da Silva Toscano

1.Agricultura familiar. 2. Juventude rural. 3.Política pública. I.Título.

CDD:338.1

IZABEL JAGUAIARA COSTA DE OLIVEIRA

**JUVENTUDE RURAL NO CONTEXTO DA AGRICULTURA
FAMILIAR NO RIO GRANDE DO NORTE**

Dissertação apresentada à
Universidade Federal Rural do Semi-
Árido – UFERSA, Campus de
Mossoró, como parte das exigências
para a obtenção do título de Mestre em
Ambiente, Tecnologia e Sociedade.

APROVADA EM: 26/03/2013

Conceito: A

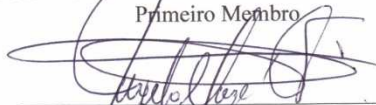
BANCA EXAMINADORA



Elisabete Stradiotto Siqueira
UFERSA - Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Presidente



Enlaine Binotto
UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados
Primeiro Membro



Ângelo Magalhães Silva
UFERSA - Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Segundo Membro

Dedicatória

Ao meu filho José de Freitas Neto.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, primeiramente, por não permitir que eu desista nunca.

À prof. Dr^a Elisabete Stradiotto Siqueira, minha orientadora, pela competência profissional que me ajudou a trilhar o caminho, transpondo grandes e pequenas barreiras. Por isso, registro minha gratidão e o meu reconhecimento pela compreensão ante as minhas dificuldades.

À prof. Dr^a Geovânia da Silva Toscano, minha coorientadora, pelo acolhimento e contribuições na definição do percurso a ser seguido.

Aos professores Dr. Ângelo Magalhães Silva e Dr^a Erlaine Binotto, membros da banca examinadora, meus sinceros agradecimentos pelas significativas contribuições ao meu trabalho.

À querida colega de turma Christiane Fernandes, que, com sua atenção e paciência, me estimulou a continuar.

A todas as pessoas da minha vida, que direta ou indiretamente contribuíram e apoiaram-me nos momentos de desânimo.

JUVENTUDE RURAL NO CONTEXTO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO RIO GRANDE DO NORTE

RESUMO - Este trabalho tem como objetivo investigar as ações desenvolvidas no âmbito da ATER governamental no estado do Rio Grande do Norte com foco nos jovens do meio rural, no contexto da agricultura familiar. Essas ações englobam os programas de políticas públicas e projetos direcionados especificamente para os/as jovens implementados e executados pela EMATER/RN. O estudo assume um caráter documental, fundamentado em análise de documentos referentes a programas de políticas públicas de ATER no Rio Grande do Norte e projetos institucionais. Foi feito o levantamento das ações desenvolvidas no Estado, tendo como marco temporal o período de 2003 a 2010, tendo em vista que foi a partir de 2003 que teve início o processo de reestruturação institucional dessa organização. Nesse processo, procuramos observar quais ações tinham como foco específico os/as jovens. As fontes principais de coleta de dados foram: relatórios de gestão, relatórios de projetos institucionais e relatórios de reuniões de planejamento e avaliação institucional, os quais estão disponíveis para consulta na biblioteca da instituição e no site www.emater.rn.gov.br. Os estudos sobre juventude, geralmente, apresentam uma definição baseada: faixa etária, geração, período de transição ou ciclo da vida, cultura ou modo de vida e representação social e autorepresentação. Isso corrobora para que a categoria seja vista de forma variada e repercute na variedade de fatores que influenciam na elaboração do conceito. Porém, a compreensão do jovem em contextos reais implica na atribuição de um caráter sócio-histórico, sendo esse o nosso entendimento neste estudo. Observou-se que aumentou o investimento em programas de políticas públicas de juventude no Brasil nos últimos anos. No contexto da agricultura familiar, foram formuladas políticas específicas para agricultores familiares e, mais recentemente, a partir de 2003, programas para segmentos específicos desta categoria social, como os jovens. Já com relação aos jovens do meio rural do estado do Rio Grande do Norte, estes continuam não dispor de muitas possibilidades. Constata-se que o público jovem é abrangido no contexto dos agricultores familiares em geral, sendo escassas as ações específicas, pelo menos no âmbito da ATER governamental.

Palavras-chave: Jovens rurais, Política Pública, ATER

RURAL YOUTH IN THE CONTEXT OF THE FAMILY FARM IN RIO GRANDE DO NORTE

ABSTRACT - This work aims to investigate the actions undertaken under ATER government in the state of Rio Grande do Norte with focus on rural youth in the context of family farming. These actions encompass public policy programs and projects targeted specifically for / girls implemented and executed by EMATER / RN. The study takes on a documentary based on analysis of documents relating to public policy programs ATER in Rio Grande do Norte and institutional projects. Survey was conducted of the actions undertaken in the State, with the timeframe from 2003 to 2010, considering that it was from 2003 that began the process of institutional restructuring of the organization. In this process, we paid attention to what actions were focused on the specific / girls. The main sources of data collection were: management reports, project reports and meeting reports institutional planning and institutional assessment, which are available for consultation in the library of the institution and the site www.emater.rn.gov.br. Studies on youth, generally exhibit based definition: age, generation, transition period or cycle of life, culture and way of life and social representation and self-representation. This corroborates that the category is seen as different and affects the variety of factors that influence the development of the concept. However, the understanding of the young in real contexts implies the attribution of a socio-historical character, this being our understanding in this study. It was observed that increased investment in public policy programs for youth in Brazil in recent years. In the context of family farming, were formulated specific policies to farmers and, more recently, from 2003, programs for specific segments of this social category, as young people. In relation to the rural youth of the state of Rio Grande do Norte, these are still lacking many possibilities. It appears that the younger crowd is covered in the context of family farmers in general are scarce specific actions, at least within the government ATER.

Keywords: Rural youth, Public policy, ATER

LISTA DE BOXES

Box 01 – PRONAF.....	31
Box 02 – Grupos Juvenis.....	41
Box 03 – Estudos sobre “Juventude Rural e Inserção no Trabalho”.....	52
Box 04 – Dimensões da Política Nacional de Juventude.....	61
Box 05 - Programas e projetos institucionais.....	69
Box 06 - Funcionamento e inovações implementadas.....	77

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa das Regiões Administrativas da EMATER/RN no Rio Grande do Norte.....	68
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS

ANCAR	Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
AF	Agricultura Familiar
CONDRAF	Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável
CONJUVE	Conselho Nacional de Juventude
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EMATER/RN	Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Norte
FAO	Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
OIJ	Organização Ibero-Americana da Juventude
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNATER	Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PNJ	Política Nacional de Juventude
PROJOVEM	Programa Nacional de Inclusão de Jovens
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SNJ	Secretaria Nacional de Juventude
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 AGRICULTURA FAMILIAR: REVISANDO CONCEITOS E CONFIGURANDO O CONTEXTO DA PRIMEIRA DÉC. DOS ANOS 2000	20
2.1 AGRICULTURA FAMILIAR: da herança camponesa a uma nova categoria	20
2.2 AGRICULTURA FAMILIAR BRASILEIRA: conformação e marco legal na atualidade	29
3. JUVENTUDE E JUVENTUDE RURAL EM QUESTÃO NO BRASIL	33
3.1 JUVENTUDE: diferentes abordagens e diversos olhares	33
3.2 REFLETINDO A JUVENTUDE RURAL: o urbano no rural	42
3.3 JUVENTUDE RURAL E TRABALHO: significados e implicações	47
4 POLÍTICA PÚBLICA E JUVENTUDE RURAL	54
4.1 A POLÍTICA PÚBLICA PARA A JUVENTUDE NO BRASIL	54
4.2 A EXPERIÊNCIA DA EMATER/RN: caracterização e ações	64
4.3 ATUAÇÃO DA EMATER/RN COM FOCO NA JUVENTUDE RURAL	75
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	79
6 REFERÊNCIAS	81

1 INTRODUÇÃO

O meio rural brasileiro passou por intensa transformação, nos aspectos econômico e social, sobretudo após o início da modernização da agricultura, no período pós-guerra. A inovação tecnológica teve um papel fundamental em tais mudanças, tendo em vista a transformação do complexo rural em complexos agroindustriais¹. Esse processo impôs importantes alterações no perfil técnico e econômico da agricultura brasileira, mas de uma forma que não impediu que os agricultores familiares fossem excluídos. De algum modo, esse modelo de desenvolvimento contribuiu para a concentração de terra e de renda no meio rural, deixando o segmento de agricultura familiar à margem. Tal aspecto pode ser evidenciado por meio do investimento público, já que a alocação de recursos à atividade agropecuária sempre privilegiou a agricultura capitalista (patronal) em detrimento da agricultura familiar (MDA, 2010).

Na perspectiva de alterar essa trajetória, o Estado brasileiro busca um modelo de desenvolvimento sustentável, articulando-se “políticas agrárias, agrícolas e de cidadania” (MDA, 2010, p.10). Como resultado das pressões e reivindicações do movimento sindical rural² desde o início da década de 1990, em meados da mesma década foi criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) pelo governo federal e mediante as ações implementadas no referido programa começaram a ocorrer mudanças na política agrícola nacional. Esse programa é tido como um marco histórico por legitimar a agricultura familiar como um “novo” segmento social, configurando-se a primeira política pública nacional, com o objetivo de disponibilizar crédito rural, bem como Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para os agricultores familiares.

O PRONAF e outros programas direcionados para o público da agricultura familiar no Estado do Rio Grande do Norte são operacionalizados pelo Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Norte (EMATER/RN), um órgão governamental que na primeira década dos anos 2000 passou por um processo de reestruturação, retomando sua capacidade de ação e superando dificuldades oriundas de processos de desestruturação instalados no país, os quais tiveram início em meados da

¹ Modernização é o termo que referencia a mudança na base técnica da agricultura, a partir da introdução da mecanização, do uso de implementos e insumos industrializados, além do aprofundamento das relações capitalistas no campo (SILVA, 1996)

² As reivindicações se consolidaram por meio dos movimentos populares “Jornadas Nacionais de Lutas” e “Grito da Terra Brasil”.

década de 1980, que limitaram a prestação do serviço público e, por consequência, o desenvolvimento da agricultura familiar. As ações de ATER foram redefinidas, tendo como fundamento a idéia da melhoria da qualidade de vida dos agricultores familiares do Estado, bem como as diretrizes, ações e programas setoriais com vistas ao desenvolvimento rural, preconizados pelo Governo Federal e Estadual em políticas públicas, as quais integram os Planos Plurianuais desses governos (SOUZA et al., 2009).

Tal contexto de investimentos justifica-se pela importância desse segmento, os dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2009, oriundos do Censo Agropecuário corroboram a importância da Agricultura Familiar para a produção no campo³, estando o desenvolvimento rural estreitamente vinculado ao conjunto de políticas públicas permanentes implementadas (MDA, 2010). Nesse contexto, faz-se necessário pensar também nas gerações futuras, considerando a importância do grupo jovem que vive no meio rural, constituído pelos filhos e filhas de agricultores, no processo de desenvolvimento rural.

A temática juventude tornou-se relevante no Brasil⁴ a partir dos anos de 1990, privilegiando-se quando se trata de política pública àqueles que vivem no meio urbano, sendo a juventude rural ainda pouco conhecida, pouco investigada. Convém ressaltar que, para além do recorte de população específica, considera-se que o debate sobre a temática deve tomar como ponto de partida os “processos de interação social e as configurações em que está imersa” (CASTRO, 2009, p. 5).

Na compreensão de Carneiro (2008, p.244), a juventude rural constitui-se uma “categoria fluida, imprecisa, variável e extremamente heterogênea”, que sempre está associada à problemática da migração campo-cidade. Pesquisadores como Durston (1994, 1999)⁵ e Silvestro et. al (2001) buscaram compreender a problemática da migração ou êxodo dos jovens a partir das condições de vida e trabalho no meio rural, sendo observadas diferenças entre homens e mulheres. No que se refere às condições de

³ O Atlas do Espaço Rural Brasileiro, lançado pelo IBGE (2012), revela que a Agricultura familiar abrange 84,4% dos estabelecimentos agropecuários do país – cerca de 4,4 milhões - que respondem por 38% da renda bruta no campo.

⁴ Ressalte-se que em 2005 foi implantada Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) e o Conselho Nacional de Juventude (CNJ), espaços formais para tratar a temática no âmbito do poder público federal.

⁵ DURSTON, John. Juventude rural, Modernidade e Democracia. In: TAVAES, Doraci; LEMOS, Nelson (Comp.). **Juventude e Desenvolvimento rural no Cone Sul Latino Americano**. Santiago do Chile: PROCODER – EMATER/RS – IICA, 1994.; DURSTON, John. A juventude rural no Brasil e no México: reduzindo a invisibilidade. **Idéias & debate**. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, n. 27, 1999.

trabalho, a atividade agrícola apresenta-se como pesada e de baixa remuneração quando comparadas com outras atividades, o que a torna pouco atrativa.

Entretanto, Castro (2009) chama a atenção para o fato de que a juventude rural vem ganhando expressividade nas organizações governamentais e não-governamentais, bem como nos movimentos sociais, tendo se organizado e reivindicado políticas públicas específicas, procurando sair do estado de invisibilidade⁶ no qual se encontra perante a sociedade.

As discussões que envolvem os jovens que vivem no meio rural suscitam questões, como a sucessão familiar/profissional e a própria continuidade da produção familiar, que estão atreladas a permanência do jovem no campo. Nessa perspectiva, o termo políticas públicas para juventude assume neste trabalho a caracterização apresentada por Sposito e Carrano (2003), como aquele que reúne em seu conjunto os princípios, as estratégias e as ações que designam os direitos e os deveres dos jovens, além de afirmar as potencialidades dessa categoria, propiciando-lhe as condições para a participação na vida em sociedade. Salientamos que no processo de inclusão social, que constitui o desafio a ser perseguido, e na busca por autonomia, o trabalho aparece como uma categoria fundamental.

Assim, este trabalho tem como objetivo investigar as ações desenvolvidas no âmbito da ATER governamental no estado do Rio Grande do Norte com foco nos jovens do meio rural, no contexto da agricultura familiar. Nosso foco de investigação são as ações desenvolvidas com foco nos jovens do meio rural no período de 2003 a 2010 no âmbito da ATER governamental. Essas ações englobam os programas de políticas públicas e projetos direcionados especificamente para os/as jovens implementados e executados pela EMATER/RN.

Destarte, a questão central que se coloca para a pesquisa é: como se conformou a política pública para a juventude rural no estado do Rio Grande do Norte no período de 2003 a 2010, no contexto da agricultura familiar, tendo como referência as ações empreendidas pela EMATER/RN?

Para realização do estudo, partimos do pressuposto de que a política pública para juventude no Brasil apresentou avanços nos últimos anos, sobretudo a partir de 2005,

⁶ O estado de “invisibilidade” refere-se à participação nas esferas da vida social, incluindo a esfera do trabalho, o que dificulta a compreensão de sua inserção num mundo globalizado (DURSTON, 1994 apud CARNEIRO, 2008, p. 244). Ainda segundo o autor, essa invisibilidade é decorrente de um estereótipo da noção de juventude que se baseia na percepção de um espaço cultural próprio do jovem e do adiamento das responsabilidades comuns aos adultos, que está ligada a concepção urbana de juventude.

em decorrência de mobilizações de setores da sociedade, mas no que se refere aos jovens que vivem no meio rural, ainda se apresentam muitas inquietudes e desafios a serem perseguidos, inclusive no estado do RN, onde os resultados são pouco expressivos. Nesse Estado, o número de pessoas que vivem no meio rural continua apresentando redução. Os dados censitários informam que no período 2000-2010, a população rural passou de 743.733 pessoas em 2000 para 702.694 pessoas em 2010⁷, assim como ocorreu em outros Estados do país. Em termos gerais, no Brasil a população rural em 2000 era de 31.835.143 habitantes, destes cerca de 9 milhões pertenciam ao segmento populacional definido como jovem. Já em 2010, contabilizava-se 29.830.007 habitantes, sendo 8 milhões pertencentes à categoria jovem. Entretanto, se formos considerar os dados da PNAD (2011) estimou-se que no ano de 2011 apenas cerca de 7 milhões de pessoas entre 15 a 29 anos estavam residindo no meio rural, sendo a maioria composta por homens. Nessa perspectiva, fica evidente a problemática do êxodo, da sucessão rural e ainda a masculinização do meio rural brasileiro.

O nosso interesse pela temática juventude rural surgiu a partir do exercício profissional na extensão rural no estado do Rio Grande do Norte, a partir do ano de 2006, no âmbito da referida instituição de ATER. Atuando nas comunidades rurais, trabalhando na execução de programas de políticas públicas e projetos estatais, despertamos para esta problemática, observando e até vivenciando as inquietações, os anseios e as angústias que permeiam a vida dos jovens. Os momentos de interação, as conversas informais propiciaram a construção de um “conhecimento prévio” acerca dos resultados de programas de políticas públicas voltados para a categoria.

No período de 2006 a 2009, a nossa atuação como extensionista rural se deu em dois municípios: Patú e Currais Novos, os quais estão situados em diferentes mesoregiões do Estado – Oeste Potiguar e Seridó. Assim como as duas regiões apresentam caracterizações diferentes, os contextos e os grupos sociais também se diferenciam. No entanto, podemos afirmar algo comum: as inquietudes juvenis, o que foi fácil apreender devido a proximidade com alguns grupos, em decorrência da execução de projetos como o “Protagonismo Juvenil” e as Escolas de Inclusão Digital e Cidadania (EIDC), nos quais atuamos na coordenação pedagógica, enquanto extensionista rural. O Protagonismo Juvenil objetivava a “inserção do jovem em risco de vulnerabilidade no mundo produtivo e sua inclusão social através da capacitação...”

⁷ IBGE (2000; 2010)

(EMATER, 2007, p. 59), enquanto as EIDC's objetivam contribuir para a inclusão digital dos sujeitos que vivem nos municípios e nas comunidades rurais, concebendo a inclusão digital como "proposta de formação da cidadania" (EMATER, 2007, p. 64) e apresentando-se como uma iniciativa de inserção social.

Tais experiências de trabalho ampliaram nosso conhecimento ou despertaram-nos para a necessidade de uma análise fundamentada, que propiciasse o enlace teoria-prática, dos fenômenos sociais ou das dinâmicas sociais envolvendo os/as jovens que vivem no meio rural.

Vale ressaltar que nas investigações de Camarano e Abramovay (1997), pode ser observado que quando se trata de jovem rural, predomina nas publicações a questão do jovem como problema social, com ênfase no processo migratório campo-cidade e as conseqüências disto nos centros urbanos; bem como as diferenças com relação à educação, renda, oportunidade e qualidade de vida.

Ao longo do percurso de atuação na EMATER/RN, também foi possível perceber que algo que despertava o interesse e a participação dos jovens era a temática "trabalho", no que se refere à capacitação para o trabalho e geração de ocupação e renda. Nesta direção analítica, remetemo-nos ao relatório da situação da juventude no Brasil (OIT, 2009), o qual apresenta um diagnóstico geral da realidade, apontando de forma pertinente para a existência de diversas juventudes vivendo em diferentes cenários. De acordo com esse relatório "As mulheres jovens, os jovens negros de ambos os sexos, assim como os jovens das áreas metropolitanas de baixa renda, ou de determinadas zonas rurais são afetados de forma mais severa pela exclusão social, pela falta de oportunidades e pelo déficit de emprego de qualidade." (OIT, 2009, p. 19).

Tais questões podem ser melhor compreendidas ao serem contextualizadas no tempo e no espaço histórico em que são produzidas, no intuito de que a reflexão seja processada através de mediações entre o particular e o universal. Nesse contexto, as relações produtivas são enfatizadas como fundamentais para a permanência do jovem no meio rural e para a reprodução social no campo, sendo que outras questões também devem ser consideradas, tais como o acesso a bens e serviços, o lazer e a sociabilidade.

Destarte, o debate sobre as questões relacionadas aos jovens que vivem no meio rural deve levar em conta as importantes transformações que ocorreram nas sociedades, inclusive no que concerne à esfera produtiva, com o predomínio da sociedade de mercado e seus desdobramentos, que seriam: o contexto da globalização; o surgimento das novas tecnologias, sobretudo da informação e comunicação; a desestabilização ou

“fragilização” das relações de trabalho; dentre outras, que repercutem na vida dos sujeitos e dos grupos sociais, em especial, daqueles jovens que vivem no meio rural e procuram mudar suas vidas.

No que se refere ao objetivo do trabalho, configura-se um estudo exploratório, considerando

... que têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e idéias, com vistas na formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. São desenvolvidos com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato. (GIL, 1994, p. 44)

Quanto aos procedimentos metodológicos, para responder ao questionamento que se coloca, o estudo assume um caráter documental, fundamentado em análise de textos institucionais referentes a programas de políticas públicas de ATER no Rio Grande do Norte e projetos direcionados para a juventude do meio rural do Estado.

De acordo com Gil (2006), a pesquisa documental é um tipo de pesquisa na qual os objetos pesquisados são diversificados, que não receberam tratamento analítico ou que podem ser reelaborados de acordo com os objetivos de pesquisa. Os objetos investigados podem ser escritos ou não escritos, tais como: relatórios de pesquisa, relatórios institucionais, diários, imagens/fotografias, gravações, etc. Esse tipo de pesquisa pode requerer consultas a arquivos públicos e particulares, ao contrário da pesquisa bibliográfica, apresentando semelhança com esta quanto à execução, porém os dados possuem natureza diferente.

Quanto à execução da pesquisa documental, Gil (2006) recomenda que as ações sejam planejadas seguindo a sequência: 1) definição de objetivos; 2) elaboração de plano de trabalho; 3) levantamento das fontes; 4) localização das fontes e obtenção do material; 5) tratamento dos dados; 6) produção de fichas e redação do trabalho; 7) construção lógica da redação. Ainda segundo o autor, esse tipo de pesquisa considera que os documentos constituem uma fonte rica e estável de dados, apresentando custo relativamente baixo quando comparado a outras pesquisas. No que se refere às limitações, destaca a não representatividade e a presença de subjetividade em grau elevado.

Com base nessa sequência, procedemos ao processamento e análise dos dados coletados. Foi feito o levantamento das ações desenvolvidas no Estado, tendo como marco temporal o período de 2003 a 2010, tendo em vista que foi nesse período que teve início o processo de reestruturação institucional, quando também se deu a institucionalização da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) no Brasil. Nesse processo, procuramos observar quais ações tinham como foco específico os/as jovens. As fontes principais de coleta de dados foram os relatórios de gestão: “EMATER/RN: comprometida com o fortalecimento da agricultura familiar” (EMATER-RN, 2007) e “Relatório de gestão” (EMATER/RN, 2009); relatórios de projetos institucionais, dentre estes, do Projeto Protagonismo Juvenil; e relatórios de reuniões de planejamento e avaliação institucional⁸, os quais estão disponíveis para consulta na biblioteca da instituição, bem como no site www.emater.rn.gov.br.

Nesse estudo, pretendemos trazer contribuições à discussão sobre a juventude rural, buscando conhecer os programas de políticas públicas e os projetos desenvolvidos no estado do RN no contexto da ATER governamental. Para isso, procuramos também fazer uma interlocução com autores que vêm pesquisando e discutindo a temática no âmbito acadêmico e social. Nessa perspectiva, a pesquisa bibliográfica subsidiou a construção do referencial teórico, tendo em vista que o caminho percorrido perpassa pela revisão das principais questões conceituais relacionadas à categoria juventude, mais especificamente, à juventude rural.

Assim, tomando por base os objetivos propostos neste trabalho e a problemática que ele encerra, para melhor compreensão ele foi organizado em três capítulos, além desta Introdução e das Considerações finais.

No capítulo 2, intitulado “Agricultura Familiar: conceitos e algumas reflexões” procuramos trazer algumas reflexões acerca do conceito de agricultura familiar, tendo em vista ser esse o contexto social e econômico do grupo social em foco nesse estudo. Pontuamos também algumas questões conceituais concernentes a contraposição agricultura familiar *versus* agronegócio. Esta construção é importante considerando-se que para a compreensão dos fenômenos relacionados a uma determinada categoria social, faz-se necessário conhecer o contexto social no qual está inserida, principalmente quando se trata da formulação e implementação de políticas públicas. Desse modo, sendo o foco desse estudo a juventude rural no contexto da agricultura

⁸ O acesso a relatórios de reuniões de planejamento e avaliação institucional só foi possível por meio do contato direto com gestores e gerentes de programas e projetos institucionais.

familiar, abordaremos a trajetória conceitual dessa categoria, bem como as principais linhas de pensamento acerca de sua origem: uma que a concebe como um conceito novo ou uma nova categoria social e a outra que a concebe enquanto um conceito genérico, que unifica diversas formas de produção familiar. Discutiremos também sua configuração nesta primeira década do século XXI no cenário socioeconômico brasileiro.

No capítulo 3, intitulado “Juventude e Juventude rural em questão” discutimos as questões mais gerais que se apresentam acerca da temática juventude e outras relativas à juventude que vive meio rural, a qual começou a ganhar mais expressividade a partir da década de 1990 no que concerne a produção acadêmica e técnica nos países em processo de desenvolvimento. Nesse contexto, discutimos também a relação entre juventude rural e trabalho, considerando que nas discussões sobre políticas públicas para juventude, o trabalho aparece como categoria central, sendo também fundamental para permanência e reprodução social no campo. Além disso, é considerado um atributo importante na transição para a vida adulta.

O capítulo 4, intitulado “Política pública, juventude e juventude rural”, subdivide-se em três partes: na primeira, busca-se fazer uma caracterização da construção e configuração da política pública brasileira destinada aos jovens de modo geral e a juventude rural, em particular, a partir da década de 1990, tendo como fonte documentos oficiais, bem como a bibliografia disponível sobre o tema. O objetivo é apresentar o percurso histórico do processo. Na segunda parte, fazemos uma caracterização da instituição responsável pelo serviço de ATER, no âmbito governamental, no estado do Rio Grande do Norte, a EMATER/RN, sistematizando os programas de políticas públicas e os projetos implementados e executados na primeira década dos anos 2000, mais precisamente no período de 2003 a 2010, a partir do processo de reestruturação institucional ocorrido no período. Na terceira parte, procuramos examinar a atuação da instituição no que se refere aos jovens do meio rural, especificamente, no período em questão.

Por fim, apresento as considerações finais e a bibliografia pesquisada.

2 AGRICULTURA FAMILIAR: REVISANDO CONCEITOS E CONFIGURANDO O CONTEXTO DA PRIMEIRA DÉCADA DOS ANOS 2000

Neste capítulo procuramos trazer algumas reflexões acerca do conceito de agricultura familiar, tendo em vista ser esse o contexto social e econômico do grupo social em foco nesse estudo. Essa construção é importante considerando-se que para a compreensão dos fenômenos relacionados a uma determinada categoria social, faz-se necessário conhecer o contexto no qual se insere, inclusive quando se trata da formulação, implementação e avaliação de políticas públicas. Desse modo, sendo o foco deste trabalho a juventude rural no contexto da agricultura familiar, abordaremos a trajetória conceitual dessa categoria, bem como as duas principais linhas de pensamento acerca de sua origem: uma que a concebe como um conceito novo ou uma nova categoria social e a outra que a concebe enquanto um conceito genérico, que unifica diversas formas de produção familiar. Discutiremos também a sua conformação legal nesta primeira década do século XXI no cenário socioeconômico brasileiro.

2.1 AGRICULTURA FAMILIAR: da herança camponesa a uma nova categoria

A origem da categoria agricultura familiar pode ser explicada por meio de duas principais linhas de pensamento que buscam caracterizá-la (ALTAFIN, 2003). Uma vertente a concebe como uma nova categoria social, “um novo personagem” gestada no seio das sociedades desenvolvidas, que absorve as inovações tecnológicas e integra-se ao mercado, estimulado por políticas públicas, originando-se “... no bojo das transformações experimentadas pelas sociedades capitalistas desenvolvidas.”. Essa é uma perspectiva que não considera a herança histórica camponesa e credita a uma nova categoria, que seria a “moderna agricultura familiar”, as seguintes características: alta capacidade de integração ao mercado, bem como de incorporação de novas tecnologias e acesso a políticas públicas.

Essa vertente acredita numa ruptura do presente com o passado, ou seja, o agricultor familiar moderno não seria uma adaptação do agricultor camponês, mas sim um novo ator que tem em sua base constitutiva os interesses e as iniciativas do Estado. Conforme Abramovay (1992, p. 21), “Uma agricultura familiar, altamente integrada ao mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder às políticas governamentais não pode ser nem de longe caracterizada como camponesa.” Desse

modo, considera que se trata de um fenômeno generalizado nos países desenvolvidos, que não pode ser explicado como originário da tradição camponesa.

A outra vertente não compreende a agricultura familiar como algo novo, mas sim como uma “categoria genérica” ou um “conceito em evolução”, que reúne “formas particulares da agricultura familiar”, sendo o campesinato⁹ uma dessas formas, como afirma Wanderley (1996). Essa conceituação genérica parte da associação: família-propriedade-trabalho, a família é detentora dos meios de produção ao mesmo tempo em que assume o trabalho no estabelecimento produtivo, uma associação que assume diversas formas sociais, no tempo e no espaço (LAMARCHE, 1993 apud WANDERLEY, 1996).

Tal compreensão aponta para a existência de uma diversidade de situações específicas e para uma adaptação a um contexto social e econômico próprio das sociedades modernas, incluindo-se nesse contexto “... o capitalismo agrário brasileiro, sob a hegemonia da economia urbano-industrial,...” (WANDERLEY, 2011), o qual tem como uma de suas características a “dependência”. Conforme Fernandes (1973 apud WANDERLEY, 2011, p. 22):

... as evoluções que se iniciaram com a desagregação da economia escravocrata associaram-se a tendências de formação de um mercado de trabalho e de dinamismos econômicos que impunham, a partir de dentro, modelos de relações econômicas que, anteriormente, só se estabeleciam a partir de fora. Aos poucos, surgiram vários tipos de vínculos heteronômicos, através dos quais a economia agrária evolui na direção do capitalismo moderno, mantendo laços de dependência, diante das economias centrais, ou criando novos laços de dependência em face dos focos internos de crescimento econômico urbano-comercial e urbano-industrial.

Compartilhando do entendimento de Mendras (1979), Wanderley (1996, p.3) define a agricultura camponesa como uma das formas sociais assumidas pela agricultura familiar, haja vista que tem como fundamento a associação entre família, propriedade dos meios produtivos e o trabalho, se diferenciando no que se refere à “especificidade do seu sistema de produção e a centralidade da constituição do patrimônio familiar”. Na

⁹ Segundo Guzmán e Molina (2005, p.82), “o campesinato é uma categoria histórica por sua condição de saber manter as bases da reprodução biótica dos recursos naturais.” Se configura como um modo específico de produzir e viver em sociedade.

análise de Jollivet (apud WANDERLEY, 1996), o trabalho empreendido na produção pelos camponeses se diferencia em “qualidade” e “quantidade”, pois se trata de um trabalho intensivo que requer tanto “leveza” quanto “diversidade de competências”. A sua dinâmica é definida no seu interior, o que propicia autonomia aos que o conduzem, mas que requer disciplina e dedicação.

A autonomia frente à sociedade global é uma característica do camponês, juntamente com um tipo de “sociabilidade específica”, que deriva da concepção de campo como o lugar de viver e trabalhar (WANDERLEY, 1996). A proximidade entre as pessoas propicia relações marcadas por formas diversas de solidariedade, que permite trocas de bens e serviços. Desse modo, vejamos quatro características primordiais do conceito clássico de camponês:

A primeira é um acesso estável à terra, seja em forma de propriedade, seja mediante algum tipo de usufruto. A seguir, o trabalho predominantemente familiar, o que não exclui o uso de força de trabalho externa, de forma adicional. Uma terceira característica seria a autossustentação combinada a uma vinculação ao mercado, eventual ou permanente, onde o objetivo está na realização de trocas por produtos utilizados no consumo da família. Por último, um certo grau de autonomia na gestão das atividades agrícolas, ou seja, nas decisões sobre o que e quando plantar, como dispor dos excedentes, entre outros. (CARDOSO, 1987 apud ALTAFIN, 2003, p. 7)

No que se refere ao trabalho na unidade de produção familiar, este é preponderantemente garantido pelos membros da família, exceto os casos de trabalho temporário. Em determinados períodos o trabalho assalariado se apresenta como alternativa para o sustento da família e da própria unidade produtiva. Tal fenômeno é tido como indicador da não sobrevivência do campesinato no mundo moderno. Nesse sentido, nos diz Wanderley (1996, p.13) que:

Este aspecto da questão é de grande importância, porque não se trata simplesmente de demonstrar que os estabelecimentos camponeses não conseguem gerar renda suficiente para manter a família; trata-se, ao contrário de compreender os mecanismos deste equilíbrio precário e instável, pelos quais o estabelecimento familiar se reproduz, a despeito do trabalho externo e, em muitos casos, em estreita dependência deste mesmo trabalho externo.

Na unidade de produção familiar, que é resultante do trabalho da família, a dinâmica ou o modo de produção é dependente de condições naturais e, muitas vezes, requer o trabalho externo, que se torna uma necessidade estrutural. Já com relação ao trabalho alugado de terceiros, problematiza-se se a existência de uma força produtiva assalariada não configuraria uma relação social imbuída da lógica de produção capitalista¹⁰. Entretanto, deve-se considerar que as análises das relações sociais que envolvem os trabalhadores do meio rural devem apreendê-los dentro de suas especificidades, por tratar-se de outra conjuntura social¹¹.

De acordo com Bastos (2006), o controle real dos meios de produção, incluindo a terra, é a condição básica que diferencia o “pequeno produtor” do trabalhador rural assalariado. Também se faz importante observar que no meio rural, além dos trabalhadores que atuam na unidade de produção familiar para complementar a força de trabalho utilizada, existem outras categorias, como é o caso dos trabalhadores sem trabalho, ou seja, aqueles que não possuem ocupação e renda; e o denominado “proletariado rural”, trabalhadores muitas vezes submetidos a relações de trabalho precarizadas.

No Brasil, pode-se afirmar que a agricultura camponesa foi historicamente relegada a segundo plano enquanto forma social de produção, tendo em vista que sempre foi assegurada a reprodução da grande propriedade. É nesse sentido que Furtado (1972, p.122) argumenta que o “sistema de privilégios” desfrutado pela grande propriedade pautou-se na “... articulação do controle da propriedade da terra com a prática da agricultura itinerante”, considerando-a um “sistema de poder”. Ainda de acordo com o autor:

Quando se observa com uma ampla perspectiva a organização da agricultura brasileira, percebe-se claramente nela um elemento invariante que é o sistema de privilégios concedidos à empresa agromercantil [...]. A sua sobrevivência está assim diretamente ligada à persistência de formas predatórias de agricultura e é uma das causas primárias da extrema concentração nacional. Sem um tratamento de

¹⁰ Não se pretende aqui aprofundar o debate sobre as relações sociais entre o campesinato e o trabalho assalariado.

¹¹ No item a seguir trataremos do grupo que legalmente constitui a agricultura familiar na atualidade, inclusive sua heterogeneidade.

fundo desse problema, dificilmente desenvolvimento significará no Brasil mais do que modernização de uma fachada, à margem da qual permanece a grande massa da população do Brasil.

Nesse sentido, buscando interpretar a formação social brasileira, Cândido (1964) destaca a importância histórica dos homens pobres do campo desde a colonização do país. Em sua análise, o autor afirma que as formas de sociabilidade ancoradas nos mínimos vitais e sociais dos camponeses caipiras¹² possibilitavam sua independência precária, sem vínculos formais de trabalho. Contudo, o modelo socialmente reconhecido no Brasil, que recebeu incentivo social por meio da política agrícola foi a grande propriedade. Nessa perspectiva, Wanderley (1996, p. 8) argumenta que “... o “modelo original” do campesinato brasileiro reflete as particularidades dos processos sociais, da própria história da agricultura brasileira,...”, tendo como marca a precariedade, em diferentes formas, bem como a instabilidade estrutural.

Vale salientar que uma estratégia identificada como possibilidade de autonomia na busca pela terra foram os processos migratórios, uma mobilidade motivada pela existência da fronteira agrícola no interior do país, com um movimento mais intenso no sul do Brasil. A migração ou busca por um espaço onde pudesse ser constituído o patrimônio familiar é uma característica que difere os brasileiros de outras nacionalidades pesquisadas. Segundo Wanderley (1996, p.13), “O que parece a primeira vista como ausência de vínculo com o território familiar e comunitário de origem significa, na verdade, a possibilidade de constituição – ou reconstituição – do patrimônio familiar camponês...”. Por sua vez, Cândido (1964), em seu estudo, reconhece essa mobilidade espacial como uma forma ou estratégia para superar as difíceis condições de acesso a terra, numa “mentalidade de acampamento”, que estava relacionada simplesmente à economia de subsistência.

Desse modo, apresentamos como se delineia a perspectiva teórica que descreve a agricultura familiar como um conceito genérico ou um conceito em evolução, a qual defende que a caracterização que a agricultura familiar assume nas sociedades modernas guarda estreita relação histórica com a agricultura camponesa (ALTAFIN, 2003). Apesar das transformações ocorridas no contexto mundial, que acarretaram mudanças nas sociedades tradicionais, o campesinato continua se reproduzindo, integrando-se ao contexto global, segundo os estudiosos que defendem essa vertente. Na análise de

¹² Denominação atribuída aos camponeses do interior de São Paulo estudados pelo autor.

Wanderley (1996, p.7), os agricultores camponeses permanecem, coexistindo com outras formas de agricultura familiar não camponesas, assim definidas:

São aquelas em que, sob o impacto das transformações mais geral – importância da cidade e da cultura urbana, centralidade do mercado, mais recentemente, globalização da economia, etc – tentam adaptar-se a este novo contexto de reprodução, transformando-se interna e externamente em um agente de cultura moderna.

Ainda no que tange às conceituações, Wanderley (1996) também chama a atenção para as diferenças que permeiam os conceitos de agricultura camponesa e agricultura de subsistência, visto que as duas são formas assumidas pela agricultura familiar moderna. Saliencia que a primeira é guiada por projetos de continuidade e pela constituição de um patrimônio familiar, que se caracteriza pelas relações que estabelece, enfatizando a preocupação com o patrimônio estrutural para as gerações futuras. Já a agricultura de subsistência não apresenta, necessariamente, essa preocupação, produz-se para a sobrevivência imediata.

Já o termo pequena produção ou pequena agricultura, isoladamente, apresenta uma distorção da essência da agricultura camponesa, tendo em vista que “a agricultura camponesa é, em geral, pequena, dispõe de pouco recursos e tem restrições para potencializar suas forças produtivas; porém, ela não é camponesa por ser pequena, isto é, não é a sua dimensão que determina sua natureza e sim suas relações internas e externas,...” (WANDERLEY, 1996 p.6).

Mesmo assim, o termo pequena produção se confundia com a agricultura familiar, o que limita o conceito à dimensão espacial, incorporando o sentido da não viabilidade econômica, perante o desenvolvimento capitalista. A concepção minimizada vislumbrava o fim desse segmento social, tendo em vista sua pouca expressividade econômica. Nessa perspectiva, Abramovay e Piketty (2005, p.57) afirmam que:

Pequena produção, produção de baixa renda, de subsistência, agricultura não-comercial – revelavam o tratamento dado a esse segmento social e o seu destino presumível: era encarado como **importante socialmente, mas de expressão econômica marginal**, e seu futuro já estava selado pelo próprio rumo do desenvolvimento capitalista, que acabaria fatalmente por suprimir tais reminiscências

do passado. Dois fatores – um científico e outro político – contribuíram para desfazer essa imagem caricatural. (grifo nosso)

Entretanto, no campo político, o surgimento da expressão “agricultura familiar”, no âmbito dos movimentos sociais na década de 1990, vem para sintetizar ou reunir várias categorias sociais (assentados, arrendatários, parceiros, dentre outros), que antes eram identificados como pequenos produtores ou trabalhadores rurais¹³. Além disso, o Estado ao criar o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) legitimou a agricultura familiar no cenário social e político, o qual foi produto das pressões dos movimentos sindicais rurais, com início na mesma década. A esses elementos, Schneider (2006) acrescenta ainda a reorientação das discussões no âmbito acadêmico sobre o espaço rural, a partir da segunda metade da década 1990. O debate foi ampliado, incluindo temáticas que ultrapassavam a questão da reforma agrária e dos assentamentos rurais, bem como outras relacionadas ao progresso tecnológico ou ao processo migratório. Desse modo, Schneider (2006, p.17) afirma que “Verifica-se, assim a afirmação da temática ambiental e da sustentabilidade e assiste-se ao crescente interesse dos estudiosos por novos temas, como a agricultura familiar, a conformação dos mercados de trabalho e a dinâmica ocupacional da população rural.”

Até aqui discorreremos acerca do termo agricultura familiar, destacando a vertente que a consagra como um conceito em evolução, que congrega diversas formas sociais de produção, com ênfase na agricultura camponesa, enquanto uma dessas formas, por concordarmos com a importância de sua tradição. Inclusive, o sistema de produção denominado “policultura-pecuária”, um modo de produzir originariamente camponês, tem ganhado evidência na contemporaneidade, já que busca o equilíbrio ao associar a agricultura e a pecuária. Além disso, conta também a diversificação, tanto no que se refere à introdução de novas culturas quanto à intensificação da relação entre os cultivos e a criação praticada na unidade de produção.

Para corroborar a importância desse modo de produção, Van der Ploeg (2009, p.17-27) sistematizou as “sete teses sobre a agricultura camponesa”¹⁴, sendo estas:

¹³ Trataremos sobre esse ponto no item seguinte.

¹⁴ Van der Ploeg (2009, p.17) afirma que os sistemas agrícolas no contexto mundial são resultado de “três arranjos político-econômicos distintos, porém combinados”, quais sejam: a produção capitalista, que tem como foco a relação salário-trabalho, a agricultura empresarial e a agricultura camponesa.

1. A agricultura camponesa constitui parte altamente relevante e indispensável da agricultura mundial; 2. A atual luta por autonomia é determinante para a agricultura camponesa; 3. A luta por autonomia fundamentalmente implica – e funciona como – a construção, o uso e o desenvolvimento contínuo do capital ecológico; 4. A centralidade do capital ecológico ajuda a desenvolver (de forma sustentável) a produção agrícola, mesmo sob condições altamente adversas; 5. O mercado global e os impérios alimentares geram crises agrárias e alimentares permanente; 6. Se de um lado os campesinatos do mundo estão sofrendo com as muitas conseqüências do ordenamento imperial da produção de alimentos, por outros eles constituem a maior resposta; 7. A resistência camponesa é a principal força motriz da produção de alimentos.

Para esse autor, a agricultura familiar camponesa contribui “... para produção de alimentos, a geração de emprego e renda, a sustentabilidade e o desenvolvimento de modo geral.” (VAN DER PLOEG, 2009, p.17). É bom lembrarmos que as estratégias de desenvolvimento convencionais, pautadas na modernização e no uso de tecnologias intensivas, apresentaram limitações no que concerne a capacidade de promover um “desenvolvimento equânime e sustentável” (ALTIERI, 2008). Além disso, a modernização da agricultura agrícola também trouxe consigo uma série de impasses e danos socioambientais. Nesse sentido, Altieri (2008, p.19) argumenta que:

Em muitas regiões, a modernização da agricultura, com a utilização de tecnologias intensivas em insumos, aconteceu sem a distribuição da terra. Os benefícios dessas medidas – geralmente chamadas de Revolução Verde – foram extremamente desiguais em termos de sua distribuição, com os maiores e mais ricos agricultores, que controlam o capital e as terras férteis, sendo privilegiados, em detrimento dos agricultores mais pobres e com menos recursos.

Na busca por alternativas para a crise socioambiental ocasionada pelos “benefícios” proporcionados pela Revolução Verde, surgiram as propostas de agriculturas alternativas na década de 1960, no âmbito do movimento ambientalista. Esse contexto também colaborou para que na década de 1990 a produção agropecuária na perspectiva agroecológica ganhasse notoriedade.

Assim, compreende-se que a agricultura familiar é diversa e heterogênea e, como afirma Altafin (2003, p. 200): “A disseminação do termo agricultura familiar na década de 1990, assim como ocorreu com o camponês, nos anos 60, possibilitou a unificação de diversas situações, colocadas sob um mesmo guarda-chuva conceitual.”. Na tentativa de melhor apreendermos acerca da categoria agricultura familiar, faz-se importante observar o discurso ou construção política e ideológica que remete a contraposição agricultura familiar x agronegócio.

Ainda no que tange aos conceitos, atenta-se para a existência de um discurso que afirma a incompatibilidade entre as duas categorias. A dicotomia do espaço rural brasileiro seria legitimada pelas políticas públicas. De acordo com Caume (2009, p.27) no discurso da política agrícola encontra-se presente uma “polaridade entre formas de produção integradas ao agronegócio (“comercial”) e formas de produção excluídas do mercado e voltadas a subsistência dos próprios produtores (“agricultura familiar”)”

A “antinomia” se manifesta tendo como fundamento o aspecto econômico e o social, contrapondo agricultura familiar e agronegócio, sendo reafirmada por forças sociais e políticas. Argumenta-se que o dualismo ou a incompatibilidade perpetuada é resultante da falta de rigor científico, que se manifesta no uso de categorias e conceitos estabelecidos nas ciências sociais e econômicas.

Nesse sentido, Caume (2009, p.29) esclarece que:

O agronegócio não é, como muitos equivocadamente acreditam, uma forma de produzir na agricultura. O conceito/categoria analítica se refere a um sistema que integra diferentes atividades econômicas que tem como eixo articulador a agropecuária. Essa atividade agropecuária, por sua vez, incorpora diferentes formas sociais de produção.

Destarte, considera-se forma social de produção no espaço agrário brasileiro na contemporaneidade o latifúndio, a agricultura familiar e a agricultura capitalista (patronal), as quais apresentam características que as distinguem, sendo “... as relações de trabalho estabelecidas no processo produtivo o princípio básico diferenciador” (CAUME, 2009, p.30). Argumenta-se que a classificação pode simplificar e reduzir a diversidade social a uma polaridade, o que impede os pesquisadores de apreenderem os múltiplos arranjos de organização da produção dos agricultores.

Outro equívoco conceitual seria considerar como sinônimos a agricultura comercial/patronal e o latifúndio, quando se atribui o agronegócio brasileiro a produção latifundiária. Seria essa uma visão disseminada no âmbito das entidades e dos movimentos que representam a luta social pela reforma agrária. Uma característica comum a ambos seria a grande propriedade, sendo a dinâmica produtiva diferente, haja vista que “A agricultura patronal apresenta caracteres nitidamente contrastantes ao latifúndio: uso intensivo dos fatores de produção, elevados índices de produtividade da terra e da força de trabalho, alta tecnificação e emprego de trabalho assalariado.” (CAUME, 2009, p. 33).

É fato que o agronegócio porta uma característica de fenômeno excludente, intrínseco ao desenvolvimento de suas cadeias produtivas, que atinge, principalmente, os pequenos produtores. Entretanto, há que se considerar também que algumas dessas cadeias produtivas possuem como suporte os agricultores que se enquadram na forma familiar. Vejamos, então, como categoria social agricultura familiar está conformada legalmente no cenário social e econômico brasileiro e o que esta representa para o desenvolvimento do país.

2.2 AGRICULTURA FAMILIAR BRASILEIRA: conformação e marco legal na atualidade

No Brasil, pode-se afirmar a agricultura familiar se apresenta de várias formas, constituindo-se uma categoria social que compreende um grupo heterogêneo, que inclui desde agricultores modernizados e inseridos nos mercados a trabalhadores rurais assalariados. Segundo Bastos (2006, p. 84) ainda inclui “... parcela significativa de famílias rurais, constituídas de desempregados, sem qualquer espaço para prover um mínimo de sobrevivência nem vínculo com qualquer forma de organização...”.

No entanto, algumas características da produção familiar são fundamentais em qualquer tempo ou espaço, sendo a família uma unidade de produção. Esta não tem somente a agricultura e a criação como ocupação, pois se dedica a outras atividades para complementar suas necessidades de consumo¹⁵. Além disso, a renda monetária obtida

¹⁵ Além do cultivo e da pecuária, considera-se que também constituem atividades da agricultura familiar o extrativismo, a pesca, o artesanato, o beneficiamento de produtos obtidos na unidade de produção e o turismo rural.

pela família pode se constituir da comercialização de parte de sua produção e/ou do trabalho assalariado de parte de seus membros.

De acordo com Caporal e Costabeber (2007, p.84), a FAO/INCRA (1996) apresenta três características essenciais que podem ser utilizadas para definir a AF brasileira, apesar da heterogeneidade e diversidade que lhe são peculiares, sendo estas:

a) A gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados são executados por indivíduos que mantêm entre si laços de parentesco ou de matrimônio; b) a maior parte do trabalho é igualmente proporcionado pelos membros da família; e c) a propriedade dos meios de produção (embora nem sempre a terra) pertence à família, e é em seu interior que se efetua sua transmissão em caso de falecimento ou aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva.

Tais características foram descritas a partir de um estudo de cooperação técnica, o qual norteou a elaboração do PRONAF¹⁶, bem como a construção do conceito atual de agricultura familiar que norteia as ações do Estado (ALTAFIN, 2003). Na década de 1990 mudanças importantes nas normas da política agrícola brasileira atingiram a agricultura familiar, período em que se deu a institucionalização do PRONAF - uma política de crédito resultante das reivindicações dos movimentos sociais do campo e do esforço de mobilização das organizações dos trabalhadores rurais, tida como marco histórico, pois viria a representar a legitimação da agricultura familiar no Estado como “novo segmento social”, constituindo-se a primeira política pública nacional com foco na disponibilização de crédito rural e assistência técnica e extensão rural para os agricultores familiares. O Box 01 – explicação por meio de uma transcrição direta - mostra a caracterização do público ao qual se destina o PRONAF:

¹⁶ Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, implementado no ano de 1996 pelo governo federal.

Box 01 – PRONAF

No artigo quinto do decreto 3.991, de 30 de outubro de 2001, que dispõe sobre o PRONAF, são considerados agricultores familiares e passíveis de receber seus benefícios:

“todos aqueles que explorem e dirijam estabelecimentos rurais na condição de proprietários, posseiros, arrendatários, parceiros, comodatários ou parceiros, desenvolvendo naqueles estabelecimentos atividades agrícolas ou não agrícolas e que atendam, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I. Não possuam, a qualquer título, área superior a quatro módulos fiscais, quantificados na legislação em vigor;

II. Utilizem predominantemente mão-de-obra da família em atividades do empreendimento ou estabelecimento;

III. Residam no próprio estabelecimento ou em local próximo.

Parágrafo único: São também beneficiários do programa os aquicultores, pescadores artesanais, silvicultores, extrativistas, indígenas, membros de comunidade remanescentes de quilombos e agricultores assentados pelos programas de acesso à terra do Ministério do Desenvolvimento Agrário.”

Fonte: PRONAF – CADERNO DE CAPACITAÇÃO Nº1, 2002, p.32-33

Desse modo, é possível perceber a diversidade de categorias de agricultores incluídos no programa, que resulta da compreensão de um “espaço rural diversificado”. No plano legal atual, foi sancionada a lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que “estabelece os conceitos, princípios e instrumentos destinados à formulação das políticas públicas direcionadas à Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais”. De acordo com essa lei, é considerado agricultor familiar e empreendedor familiar aquele que desenvolve atividades no meio rural e atende, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I – não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II – utilize, predominantemente, mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III – tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; IV – dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. (BRASIL, LEI N ° 11.326/06, Art. 3º)

No que tange a definição adotada no âmbito da política, opera-se com uma generalização do conceito, que comporta outras identidades profissionais. Destarte a agricultura familiar ser diversa e heterogênea, considera-se que operar cientificamente com a lógica adotada pelo Estado acarrete equívoco conceitual. De acordo com Caume

(2009, p.35), a racionalidade conceitual e operacional adotada pelo Estado na definição da categoria serve a uma “lógica instrumental do enquadramento político”, que se diferencia da “lógica científica” adotada no campo científico, obedecendo à negociação entre forças sociais. No entanto, o autor chama a atenção para o que ele denomina “entrelaçamento dos discursos científico e sociopolítico”, que ocorre quando se reconhece como definição científica aquela adotada pelo Estado e representações políticas.

Quanto à conformação legal, a lei da agricultura familiar é considerada uma conquista para os movimentos sociais do campo, já que legitima os direitos desse segmento social pelo Estado brasileiro, pois reconhece sua capacidade produtiva. Faz referência ao desenvolvimento de atividades no meio rural, englobando assim a produção agrícola e não-agrícola familiar. Busca também assegurar a participação dos agricultores e agricultoras na formulação e implementação de políticas públicas para o segmento. No entanto, estes ainda enfrentam muitas dificuldades, inclusive com relação ao apoio financeiro, como acesso ao crédito e a outros benefícios, que são mais acessíveis para o grande produtor. Para corroborar esta assertiva, tomamos como exemplo a análise de Bastos (2006) acerca do crédito Pronaf grupo “B” sob a perspectiva institucionalista, o qual constata que as políticas públicas para o meio rural, apesar de consubstanciarem regras privilegiando os mais pobres não desencadeiam mudanças significativas em decorrência do ambiente institucional¹⁷ no qual se processam.

Também é importante observar que o movimento migratório no campo persiste, os dados demográficos 2000-2010 sobre a população brasileira informam que a população rural no Brasil apresentou uma redução em torno de dois milhões de pessoas, passando de 31.835.143 para 29.830.007 habitantes (IBGE, 2000; 2010). Inclusive, no que se refere ao segmento populacional jovem, residente no meio rural, especificamente, os estudos são recorrentes em apontar as dinâmicas migratórias, bem como a percepção negativa da atividade agrícola dentre eles (ABRAMOVAY et al., 1998; WEISHEIMERS, 2005), como veremos a seguir, no próximo capítulo.

¹⁷ Bastos (2006, p. 146) define ambiente institucional como “... o espaço relacional construído por representações de um conjunto de organismos, regras, convenções, costumes e valores que, dependendo da compreensão e do consenso dos atores, poderá resultar na prática de reciprocidade ou de deserção.”

3 JUVENTUDE E JUVENTUDE RURAL EM QUESTÃO NO BRASIL

O presente capítulo abrange as reflexões mais gerais que se apresentam acerca da temática juventude e outras relativas à juventude que vive no meio rural, a qual começou a ganhar mais expressividade a partir da década de 1990 no que concerne a produção acadêmica e técnica nos países em desenvolvimento. Nesse contexto, discutimos também a relação entre juventude rural e trabalho, considerando que nos debates sobre políticas públicas para juventude, o trabalho aparece como um elemento central, sendo este também fundamental no que se refere à permanência e reprodução social no campo.

3.1 JUVENTUDE: diferentes abordagens e diversos olhares

O debate sobre juventude tornou-se expressivo no Brasil a partir da década de 1990 e início do século XXI, principalmente no que se refere a contextos urbanos. No entanto, nas produções acadêmicas esta aparece como uma categoria autoexplicativa, em que a idade e/ou o comportamento são características determinantes (CASTRO, 2009).

Os estudos, geralmente, apresentam uma definição que se baseia em: faixa etária, geração, período de transição ou ciclo da vida, cultura ou modo de vida e representação social/autorepresentação. Isto corrobora para que a categoria seja vista de forma variada e repercute na variedade de fatores que influenciam na elaboração do conceito. Observa-se que algumas vezes, apenas uma destas abordagens é utilizada para fazer referência ou definir a categoria juventude, em outras é feita uma combinação (WEISHEIMER, 2005). As críticas recaem, sobretudo, sobre a caracterização de indeterminação da condição juvenil, tida como uma “passagem”, subordinada à adultidade, que é considerada a fase estável da vida (SPOSITO, 2002).

A generalização do conceito ocorre tomando por base um processo homogêneo e linear. Porém, a compreensão do jovem em contextos reais implica na atribuição de um caráter sócio-histórico, sendo esse o nosso entendimento neste estudo. Uma leitura da condição de ser jovem deve possibilitar a apreensão da heterogeneidade de contextos sociais e experiências de vida, as quais estão intimamente relacionadas com as formas de inserção social.

As pesquisas que utilizam a idade como critério para definir a juventude apóiam-se em indicadores demográficos, normas ou padronizações definidas por organismos

internacionais, que definem a faixa etária que integra o grupo jovem, o qual constitui um segmento populacional. Nessa abordagem predomina uma compreensão relacionada apenas às manifestações fisiológicas da etapa, desprezando-se os aspectos socioculturais e afetivos. Dentre as fontes mais utilizadas, destacamos a Organização Internacional do Trabalho (OIT), que definiu uma classificação etária indicando que a faixa etária que vai dos 15 aos 19 anos compreende a adolescência, dos 20 aos 24 anos compreende a juventude; A Organização Mundial de Saúde (OMS), que não faz essa delimitação, considera a faixa etária que se estende dos 10 aos 24 anos como juvenil, a qual compreenderia a puberdade, a adolescência e a juventude; e a Organização Ibero-Americana da Juventude (OIJ), que junto com a Organização Internacional da Juventude (UNESCO) consideram a faixa etária que vai dos 15 aos 24 anos de idade.

No Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), define como criança a pessoa com até 12 anos de idade e adolescente aquele na faixa de 12 a 18 anos (Lei nº 8.069 de 13/07/1990), não definindo explicitamente a juventude. Já o IBGE classifica juventude em três recortes etários, incluindo aqueles que se encontram na faixa etária dos 15 aos 24 anos: 15-17 anos como jovens-adolescentes; 18-20 anos como jovens-jovens e 21-24 anos como jovens-adultos. Por sua vez, o Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE) admite como jovens o grupo etário que se estende dos 15 aos 29 anos. Vale salientar que o CONJUVE não utiliza apenas a parametrização por faixa-etária para definir a juventude, considera tratar-se de uma condição social, compreendendo tratar-se de um grupo ampliado que envolve diversas e diferentes realidades sociais, em processo de transição para a vida adulta.

Entretanto, cabe observar ainda que, sob a ótica demográfica, pode haver deslocamento nos limites etários para categorização dos jovens. Enquanto nas áreas rurais ou de extrema pobreza os limites regridem, incluindo o grupo etário dos 10 aos 14 anos, na classe social média e alta do meio urbano o limite avança, incluindo o grupo etário que se estende dos 25 aos 29 anos. Nesses casos, são consideradas também as condições de vida da população em foco, as quais estão associadas a circunstâncias particulares (UNESCO, 2004).

Na concepção de Bourdieu (1983, p. 113), a juventude seria um construto social resultante da luta de poder entre jovens e velhos. Nesse sentido, a idade seria um dado biológico manipulado socialmente. Afirma o autor:

O que quero lembrar é simplesmente que a juventude e a velhice não são dados, mas construídos socialmente na luta entre os jovens e os velhos. As relações entre a idade social e a idade biológica são muito complexas.

Desse modo, a fronteira da juventude envolve relações de poder, melhor dizendo, a manutenção do poder, que junto com o controle no processo de renovação social apresenta como implicação o adiamento da autonomia, que é característica da condição adulta. Para complementar, Bourdieu (1983, p. 113) esclarece ainda que:

Falar de jovens como se fosse uma unidade social, um grupo constituído, dotado de interesses comuns, e relacionar esses interesses a uma idade definida biologicamente já constitui uma manipulação evidente. Seria preciso pelo menos analisar as diferenças entre as juventudes.

A parametrização ou o recorte por faixa etária é bem útil para categorizar grupos sociais em estudos que utilizam dados oficiais, de forma operacional, esclarecendo que o aspecto fisiológico não é suficiente para definir essa fase da vida, tendo em vista a importância dos aspectos culturais na definição das sociedades ou dos grupos sociais. Assim, as transformações que modelam a vida em sociedade e, conseqüentemente, as relações sociais, sobretudo na contemporaneidade, e a crescente abrangência da condição juvenil fazem com que o critério da idade não seja suficiente. Como exemplo, tomamos o limite de idade estabelecido legalmente para que o sujeito jovem ingresse no mercado de trabalho, que seria como aprendiz aos 16 anos. No entanto, dependendo da situação de vida, relacionada ao contexto socioeconômico do sujeito, o ingresso acontece antes dessa idade, configurando o problema da inserção precoce no trabalho, quando a escolarização, muitas vezes, é deixada para trás, podendo ocorrer também o inverso. Dito isso, decorre a necessidade da congregação de critérios diversos, levando-se em conta o contexto social e condições de vida das populações ou dos grupos em questão.

Pais et al. (2005), identificam na sociologia da juventude dois eixos de análise: um que contempla abordagens que buscam definir a juventude partindo de características comuns que configuram-na como uma categoria social; outro que

considera a existência de uma diversidade de juventudes, focando nas características que acarretam as divergências. Acrescenta ainda um terceiro eixo, que se constitui de análises sobre o processo de transição da juventude para a vida adulta, sobre a forma como esta se dá, o que tem despertado a atenção dos estudiosos e dos agentes públicos em face das transformações ocorridas na sociedade, incluindo as mudanças na estrutura familiar, nos sistemas de ensino e no mundo do trabalho.

A perspectiva geracional de Mannheim (1982) enquadra-se nesse primeiro eixo apontado por Pais et. al (2005), reforçando aspectos comuns que servem para caracterizar a fase da juventude no ciclo da vida, isso num mesmo tempo histórico. Essa perspectiva, que se destacou nas décadas de 1950 e 1960, aponta questões que estão relacionadas à transmissão da herança cultural e enxerga a juventude como um fator de inovação social. Atenta para a existência do conflito intergeracional, quando os adultos/velhos remetem os jovens/novos à sua inexperiência, retardando o momento da sucessão geracional. Como contrapartida, dá-se aos velhos a sua condição de velhos. Nesse sentido, afirma Bourdier (1983, p.112) que os jovens terminam por ficar numa posição “Confortável por não terem ainda de assumir certas responsabilidades, vez que são excluídos da participação na definição de certas situações.”

Além do conflito entre as gerações, Mannheim (1982) aponta o acordo de uma “série ininterrupta de gerações”, configurando continuidades que se dariam no processo de interação para garantir o repasse da herança cultural. O surgimento de gerações que se caracterizam por um estilo diferenciado, seriam as discontinuidades. O autor vislumbra na juventude um potencial para revitalizar a sociedade, capaz de contribuir para a construção de um novo mundo, a partir da capacidade criadora.

A abordagem que concebe a juventude como transição para a vida adulta ganhou respaldo a partir do momento em que foi assumida pela Unesco, a partir da Conferência Internacional sobre Juventude, realizada em Grenoble (1964)¹⁸, passando a ser uma das mais utilizadas pelos estudiosos. De acordo com esta perspectiva, a passagem para o mundo adulto se caracterizaria pela ocorrência, algumas vezes combinadas, de acontecimentos sociais variados, tais como o ingresso no mundo do trabalho e a constituição de unidade familiar própria. No que se refere aos ciclos da vida, por meio do enfoque biológico e psicológico, é possível delimitar claramente o início da juventude, visto que o desenvolvimento das funções sexuais e reprodutivas juntamente

¹⁸ Em 1985, no Ano Internacional da Juventude, a Assembléia Geral das Nações Unidas definiu como “jovem” o grupo de pessoas com idade entre 15 e 24 anos. (UNESCO, 2004).

com as transformações decorrentes desse processo demarcam uma dimensão temporal. Já com relação ao término, considera-se difuso o limite entre a juventude e a fase adulta em virtude da “crescente abrangência do âmbito juvenil”, desencadeada por vários aspectos (UNESCO, 2004, p. 18).

Sposito (1998), por sua vez, argumenta que fatores diversos podem influenciar na formulação do conceito de juventude, fazendo com que a categoria seja vista de diversas formas. A condição de transitoriedade é reconhecida como elemento indispensável à conceituação e a forma como se dá a passagem da heteronomia da criança para a autonomia do adulto, as características que esta apresenta, conforma-se nas formas de abordagens dos estudos sobre o tema. Desse modo, influenciam fatores que se estendem da diversidade cultural ao contexto sócio-histórico. Seria essa imprecisão que, por vezes, faz com que a juventude seja entendida apenas como transição para a vida adulta, que acontece de forma linear e homogênea. Assim, projeta-se para os jovens um futuro com a promessa de que na fase adulta estes se tornarão sujeitos "maduros".

Entretanto, a autora chama a atenção para o fato de que o ingresso no mundo adulto pode se configurar de diferentes formas, desde a antecipação de algumas práticas, como a sexualidade e o trabalho, tidas como típicas da fase adulta até a desconexão entre as práticas sociais. Conforme a Sposito (1998, p.2):

... ocorrem formas diversas de ingresso no mundo adulto, desde aquelas marcadas pela antecipação de algumas práticas (sexualidade e trabalho para alguns grupos de jovens) como a desconexão entre elas (orientações e modos de vida considerados próprios de populações adultas, convivendo com situações de dependências típicas de momentos anteriores).

Vale ressaltar que o fenômeno do “prolongamento da juventude” é também associado às “dificuldades de transição”. Como limite da transição, considera-se um conjunto de acontecimentos cristalizados que sinalizam a nova fase, tais como: empregabilidade, constituição de unidade familiar própria, residência autônoma, etc. O que conduz ao prolongamento da fase seria a falta de sincronia entre esses acontecimentos. Esse “prolongamento” ou o adiamento de alguns acontecimentos, que pode ocorrer por razões diversas, assim como as múltiplas dimensões que envolvem a

juventude resultam em dois eixos de análise: o presente e o futuro. Nessa perspectiva, tanto devem ser consideradas as possibilidades de preparação para o futuro, na fase adulta, quanto as possibilidades de vida no tempo presente.

Dessa forma, a vivência da juventude é complexa, sobretudo na contemporaneidade, em virtude da combinação de processos formativos com outros de construção de trajetórias de vida, incluindo a inserção no mundo do trabalho e a participação na vida social. Vale salientar que é considerada também como a fase do ciclo da vida marcada pela vulnerabilidade social¹⁹. É também quando se dá o delineamento de muitas características, o que ocorre em meio a situações conflituosas e rupturas, que se iniciam na adolescência. Melucci (1997, p.8), reconhece na adolescência a fase inaugural da juventude, para ele “A adolescência, na qual a infância é deixada para trás e os primeiros passos são dados em direção à fase adulta, inaugura a juventude e constitui sua fase inicial”.

Para esse autor, não se trata somente de uma condição biológica, mas uma definição sociológica, reforçando ainda o aspecto cultural, afirmando que a juventude deveria ser percebida como “um assumir-se culturalmente”, através da mudança e da transitoriedade. Isso ocorre em decorrência da característica ou a condição juvenil não depender do fator etário, perante contextos sociais que se diferenciam, devendo-se considerar também tratar-se do que ele denomina de “um tempo de improvisação e provisoriedade”. E completa “revela-se pelo modelo da condição juvenil um apelo mais geral: o direito de fazer retroceder o relógio da vida, tornando provisórias decisões profissionais e existenciais...” (MELUCCI, 1997, p.13). É interessante observar também que a idéia de que ser jovem é um estilo de vida ganha força na sociedade contemporânea, na qual se observa uma ânsia por viver e cultivar a juventude.

Por sua vez, os estudos que definem a juventude para além da faixa etária, associada a uma condição juvenil tomam por base a perspectiva da representação social e autorepresentação, a qual “... designa um conjunto de relações sociais específicas, vividas por elementos classificados como jovens em uma dada sociedade.” (WEISHEIMER, 2005, p. 24). De acordo com essa perspectiva, seria um equívoco reunir sob um mesmo construto conceitual contextos sociais que não apresentam similaridade entre si, tratando como homogêneo um grupo altamente diversificado. Já a autorepresentação faz referência às representações que os próprios jovens constroem.

¹⁹ Sobre a questão da vulnerabilidade social dos jovens na América Latina, ver Abramovay et al (2002).

Nesse sentido convém apreender ou conceituar juventude partindo também da ótica da representação social, tendo em vista tratar-se de uma construção social, histórica e cultural. Desse modo, Weisheimer (2005, p. 24) pontua que:

As representações sociais remetem à idéia de que a juventude é um processo transitório que marca a passagem de uma condição social de dependência plena na infância a outra, de plena independência na idade adulta. Essa independência que caracteriza a entrada na vida adulta aparece vinculada à assunção de responsabilidades produtivas, residenciais, matrimoniais, paternos ou maternos. Esta abordagem retém a idéia de que os jovens estariam sujeitos à incorporação de uma série de papéis sociais ou funções socialmente atribuídas pelos processos de socialização.

Tomar a condição juvenil como ponto inicial nos estudos sobre a juventude imprime-lhe um cunho sociocultural, pois possibilita a apreensão dos significados que são atribuídos para definir quem são os jovens em determinado contexto. Weisheimer (2009) esclarece ainda que a juventude é uma categoria que adquiriu sentido com a modernidade²⁰ e que a sua compreensão é determinada por aspectos sociais, culturais e históricos.

Com relação às análises sobre juventude, os enfoques biológicos e psicológicos a definem como o período que se estende da maturidade fisiológica do sujeito até sua maturidade social. Entretanto, considerando que o processo não é linear e homogêneo, que não ocorre da mesma forma e no mesmo tempo com todas as pessoas, faz-se necessária também a contribuição sociológica e política, tendo em vista a apreensão dos significados de acordo com os contextos socioeconômicos e os espaços geográficos. Para reforçar esse entendimento, na atualidade recorre-se ao termo “juventudes”, porém deixa clara a existência de elementos comuns, que especificam a categoria. Sobre isso, vejamos o que considera a UNESCO (2004, p.19):

²⁰ Ainda conforme o autor, “A modernidade corresponde ao período histórico inaugurado pelo desenvolvimento do capitalismo e a ascensão política da burguesia, que rompeu, definitivamente, com os laços da burguesia. Entre as principais características da modernidade, destacam-se as contínuas, rápidas e intensas transformações sociais, culturais e econômicas; a ampliação da diferenciação social; da especialização e da relativa autonomia das instituições; assim como a crescente racionalização, burocratização e secularização da vida. Estas características encontram-se relacionadas com o surgimento da juventude.” (WEISHEIMER, 2009, p. 52).

A juventude tem significados distintos para pessoas de diferentes estratos socioeconômicos, e é vivida de maneira heterogênea, segundo contextos e circunstâncias. Esse é um dos embasamentos para utilização do termo juventudes no plural. Contudo não se apela para uma visão fragmentada por tipos de jovens, e se ressalta que há elementos comuns a todos os jovens.

A pertinência do termo provém do reconhecimento de que jovens diferentes, pertencentes a classes sociais diferentes e culturas diferentes, traduzem condições juvenis também diferentes, haja vista que os jovens, mesmo integrando uma mesma geração, não necessariamente vivenciam as mesmas experiências ou possuem as mesmas crenças. Desse modo, considera-se a convivência das “juventudes” em um determinado contexto sócio-histórico, que se diferenciam por aspectos diversos, tais como: classe social, modo de vida, crença religiosa, dentre outros. Além disso, deve-se considerar que as fases do ciclo da vida são demarcadas de diferentes formas ou não sucedem da mesma forma em sociedades diversas.

Assim, a juventude passou por um processo de institucionalização, a partir do momento em que se reconheceu sua especificidade como segmento populacional. É uma “categoria oficial”, transformou-se em campo de saber, sendo princípio de conhecimento do mundo social e de autoidentificação de grupos sociais (BOURDIEU, 1983). Tomando por base o entendimento sobre “juventudes”, vários grupos são identificados, como mostra a tipologia elaborada pela Unesco (2004), que ilustra alguns grupos, como mostra o Box 02:

Box 02 – Grupos juvenis

(i) Um dos principais grupos juvenis – o único que era socialmente reconhecido até os anos setenta – é o dos estudantes universitários e do ensino médio. Foram os movimentos estudantis tradicionalmente protótipo de juventude e, durante décadas, o único setor de jovens que participou no cenário social e político na qualidade de ator, em particular no enfrentamento das ditaduras e na busca de sociedades mais democráticas, assim como por mudanças sociais. Suas características têm variado com o tempo. Já a crescente complexidade das sociedades urbano-industriais, em que se multiplicam agências de referência, dilui sua centralidade ou hegemonia como movimento social, mas não necessariamente sua importância e atividades de liderança.

(ii) De forma paralela, especialmente a partir dos anos setenta e oitenta e muito claramente na América Latina, deu-se a irrupção social de outra juventude, isto é, da juventude popular urbana, excluída do acesso à educação média e superior, habitantes de crescentes e extensas zonas periféricas que, com métodos totalmente diferentes aos dos jovens universitários, começaram a se organizar e a exteriorizar processos de identificação próprios junto com práticas ligadas a diversas formas de violência, como expressão de contestação a esta sociedade da qual são excluídos.

(iii) Nos anos sessenta os jovens rurais perderam visibilidade, à medida que foram submetidos a processos de transformação, cada vez mais influenciados pela cultura urbana moderna e pelas mudanças registradas nas sociedades rurais. Conservam, no entanto, características próprias relevantes e mostram níveis educacionais mais elevados que as gerações anteriores. Segmentos dessa juventude vêm despertando atenção de estudiosos e preocupação social nas últimas décadas em vários países, considerando os níveis de organização e manifestação em movimentos sociais de crítica e pela reforma agrária.

(iv) Outro setor, com características marcantes, e com uma tendência a adquirir maior visibilidade social, é o das mulheres jovens. Afetadas por uma dupla exclusão social (etária e de gênero), sem reconhecimento nos movimentos juvenis e nos das mulheres, carregando o peso das tradições conservadoras, elas ganharam espaços de reconhecimento, levadas pela sua crescente incorporação à educação e ao trabalho em particular, mesmo que ainda em posições subordinadas, que continuam marcando as iniquidades de gênero.

[...]

(v) É de visibilidade social mais recente os jovens em organizações não-governamentais e de base comunitária ligadas à cultura. Esses jovens desempenham importante papel no campo da educação para e de cidadania, assim como na afirmação da cultura afro-brasileira e referência de auto-estima e identidade, por uma cultura juvenil criativa. As ONGs também se constituem em potencial mercado empregador e alternativo de trabalho, quer de sociabilidade ou gregarismo (Castro et al, 2001)

(vi) Esta análise ficaria incompleta se não incorporasse a dimensão étnica, já que as condições em que crescem e amadurecem os jovens indígenas e afro-descendentes (por exemplo), têm especificidades próprias, evidentes e preocupantes. Alerta-se para discriminações e vulnerabilidades específicas dos jovens afro-descendentes e também para a sua crescente presença organizada em movimentos por demarcações identitárias raciais, contando-se com várias entidades de movimento negro, em que os jovens têm participação destacada.

[...]

Fonte: UNESCO (2004)

Essa tipologia reúne alguns grupos, traduzindo a multiplicidade e a diversidade dos grupos juvenis que se destacam na contemporaneidade no imaginário social nas sociedades latino-americanas. Estes grupos apresentam características particulares e específicas. No que se refere aos jovens rurais, mostra que mesmo com as transformações ocorridas no cenário rural e a influência da cultura urbana, estes conservam características próprias, se organizam socialmente e participam de movimentos sociais.

Assim, o debate sobre juventude deve ultrapassar o “recorte de uma população específica”, considerando os processos de interação social e os contextos que a configuram (CASTRO, 2009, p.5). No item a seguir, discutimos sobre a juventude que vive no meio rural brasileiro.

3.2 JUVENTUDE RURAL: o urbano no rural

Considerando que este estudo tem como foco os jovens que vivem no meio rural, se faz necessário delimitar esse espaço, tendo em vista que um aspecto que também é relevante na discussão sobre juventude rural está relacionado à definição do *locus* rural e urbano, sob a perspectiva do espaço de sociabilidade.

Conforme Wanderley (2007, p. 23), quando se tratava de caracterizar meio urbano e meio rural tomando por base as definições do IBGE, o último se configurava a partir dos seguintes aspectos: “... o habitat disperso, a dependência em relação à sede municipal ou outra cidade próxima e a precariedade do acesso a bens e serviços socialmente necessários, inclusive o acesso a ocupações não-agrícolas.”. Essa configuração, segundo a autora, apresentava implicações na vida dos jovens que viviam nesse espaço, as quais repercutiam tanto no dia-a-dia desse grupo, quanto nos projetos futuros. Entretanto, as transformações que marcaram o cenário do meio rural brasileiro nas últimas décadas do século XX, as quais fizeram emergir o conceito de “novo rural”, contribuíram para uma nova configuração, apoiada em novas representações, mantendo a visão produtivista, mas tendo reformuladas as relações com meio urbano. Considera-se que tais relações contribuíram para uma reconceituação de rural, que deixava de ser um espaço exclusivamente associado ao agrícola.

Refletir ou analisar a questão da ruralidade no contexto atual requer uma compreensão desse espaço em suas relações internas, especificamente, e em suas relações com o espaço urbano. Conforme Wanderley (2000), a discussão sobre as “novas ruralidades” deve se pautar na compreensão das representações e especificidades

do espaço rural, enquanto lugar de se viver e lugar de onde se vê e se vive o mundo. As relações que se estabelecem internamente também são específicas e diversas daquelas que seriam, supostamente, impostas por um modo de viver puramente urbano.

Para os estudiosos das novas ruralidades, o rural se funde com o urbano, sendo mantidas as devidas especificidades. Segundo Silva (2001), no que se refere ao aspecto produtivo, o “novo rural” se constitui fundamentalmente de três grupos de atividades, que seriam: agropecuária moderna, baseada em *commodities*, e agroindustrialização; atividades não agrícolas, relacionadas à moradia, ao lazer, à indústria e prestação de serviços; e um conjunto de novas atividades agropecuárias, impulsionadas por nichos especiais de mercados. Desse modo, no dizer de Silva (1999, p.9) são marcas características do “novo rural” brasileiro:

... o “desmonte” e a especialização das unidades produtivas, o crescimento da prestação de serviços, a formação de redes dentro dos distintos complexos agroindustriais, o crescimento das ocupações não-agrícolas e a melhoria das condições de vida e lazer no meio rural.

No entanto, a discussão no meio acadêmico é intensa, não havendo um consenso estabelecido, mas sim a tendência a concordância acerca da necessidade de se ampliar a definição de rural para além de agrícola (CARNEIRO, 2005). Nesse contexto, o rural tem se revestido, o que se deve a implantação de indústrias; ao desenvolvimento do turismo rural; a busca das pessoas das cidades por sossego e proximidade com a natureza, o que propiciaria bem-estar e alívio do tumulto das grandes cidades; dentre outras coisas, fazendo com que deixe de ser um espaço exclusivamente agrário. Entretanto, o que para alguns se exprime como fim do rural e a instalação de uma urbanização plena, para outros significa que este não pode mais ser compreendido como espaço exclusivo das atividades agrícolas, mas como um lugar de uma sociabilidade ampliada. Schneider (2006, p. 18) argumenta como exemplo dessa mudança “a emergência e a expansão das unidades familiares pluriativas”²¹.

²¹ De acordo com Schneider (2006, p.18), “Essa forma de organização do trabalho familiar vem sendo denominada pluriatividade e refere-se a situações sociais em que os indivíduos que compõem uma família com domicílio rural passam a se dedicar ao exercício de um conjunto variado de atividades econômicas e produtivas, não necessariamente ligadas à agricultura ou ao cultivo da terra, e cada vez menos executadas dentro da unidade de produção.”

Na realidade de muitos municípios brasileiros, poder-se-ia considerar tênue os limites entre o rural e o urbano, sobretudo nas análises que envolvem a juventude, visto que os jovens moram nas áreas rurais, mas convivem nos espaços urbanos, desenvolvendo atividades cotidianas, participando de redes sociais e vivenciando práticas culturais.

Desse modo, pautando-se numa abordagem cultural, Carneiro (2005; 2007) afirma que as novas possibilidades de interação campo-cidade e a intensa mobilidade espacial dificultam a definição de rural em sociedades complexas, principalmente no que se refere à categoria juventude. Por isso, do mesmo modo que se trata a juventude urbana como plural, em virtude da multiplicidade de vida característica dos jovens urbanos, os jovens rurais também devem ser tratados como sujeitos plurais. Ainda segundo a autora, “novas visões de mundo” vão surgindo e transformam não apenas as relações entre os jovens da comunidade e os da cidade, mas que também revelam novas formas de consumo, reformulam o modo de ver a produção agrícola e os projetos para o futuro. Já na visão de Wanderley (2007, p. 31), as especificidades da categoria devem ser resguardadas, pois “... se não cabe isolar, não cabe também diluí-los numa pretensa homogeneidade, que desconhece as particularidades de viver a juventude, quando se é jovem nas áreas rurais brasileiras.”

Em suas reflexões, Carneiro (2007, p.53) propõe que a juventude rural ou os “jovens de residência rural”²² sejam pensados “... no contexto das novas mentalidades presentes no cenário rural em decorrência da crescente mobilidade dos indivíduos, sobretudo dos jovens entre o campo e a cidade.”. As pesquisas informam que as mudanças estão relacionadas à esfera do trabalho, novas práticas e novas relações de trabalho se fazem presentes no cenário rural. Nesta perspectiva, a autora argumenta que novas atividades que não estão relacionadas à área agrícola, citando como exemplo a área de serviços associada ao turismo rural, estabeleceriam novas relações de trabalho, com novas práticas, tais como a remuneração mensal e outros direitos trabalhistas, que estimulariam novos valores e afetariam os projetos juvenis com relação ao trabalho, fazendo com que os jovens se afastassem do trabalho agrícola, ocorrendo o mesmo no que se refere ao consumo e ao lazer (CARNEIRO, 2007).

²² Uma referência da autora a Wanderley (2007), que utiliza a expressão “os indivíduos que transitam entre os espaços urbanos e rurais, mas que mantêm residência em localidades tidas como rurais” para se referir aos jovens do meio rural.

Por outro lado, há que se considerar a possibilidade da opção pela permanência ou do retorno para o campo que, segundo Carneiro (2007, p.60) pode ser

... resultado de uma escolha motivada pelo desejo de manter um padrão de vida possibilitado pelo fato de morar com a família, junto de amigos e parentes, compartilhando os mesmos códigos e valores, mas também ter acesso a determinados bens materiais e simbólicos que, até recentemente, só eram disponíveis nas cidades.

Outra constatação com relação à opção pela permanência no lugar onde se nasceu é a tranqüilidade, que ganha cada vez mais importância em oposição às situações de violência características das cidades. No entanto, é importante salientar que eles também querem boa formação e acesso a bens e serviços, disponíveis no meio urbano.

Cabe também observar que a questão de gênero também se faz presente nas análises sobre juventude. As moças tendem a migrar mais para as cidades do que os rapazes, o que pode ser justificado pela necessidade de realização profissional ou projetos profissionais, fazendo também com que as moças terminem apresentando níveis mais elevados de estudo. Como comprova a pesquisa de Silvestro et al. (2001) realizada com filhos e filhas de agricultores familiares na região sul do Brasil, isso faz com seja desencadeado o fenômeno da masculinização e envelhecimento população do campo. Além disso, é preciso considerar a importância do fator educacional em todo esse processo e situá-lo também no centro das discussões.

Essa pesquisa trata da dimensão sucessória e discute algumas questões que são determinantes na formação profissional dos jovens agricultores evidenciando um conjunto de fatores que influencia na sua escolha. Constata-se que sobressaem suas expectativas quanto à geração de renda na unidade produtiva em comparação com as possibilidades no mercado de trabalho assalariado. A educação é considerada fator decisivo no futuro profissional dos jovens, contudo a regra constatada na agricultura familiar, através de estudos realizados na América Latina, é que permanece no meio rural aquele filho que não tem disposição para estudar (SILVESTRO et al., 2001).

No contexto da pesquisa em questão, fica evidente que os fatores educação e renda estão imbricados, que aqueles que permanecem no campo apresentam um nível de escolaridade mais baixo, demonstrando que os que pretendem atingir níveis mais elevados de estudo e que têm oportunidade de sair, não ficam no meio rural.

Analisando-se a produção acadêmica relacionada à juventude rural no Brasil, nas duas últimas décadas do séc. XX, observa-se que os estudos focam, sobretudo, a problemática do processo migratório campo-cidade e o desinteresse pelo meio rural, especialmente, pela atividade agrícola. Essa imagem de jovem desinteressado pelo meio rural apresenta implicações para a categoria, como a invisibilidade social, que faz com que as demandas sociais saiam de cena (CASTRO, 2009). No entanto, há que se considerar que a questão do desinteresse dos jovens pelo campo é compreendida como intrínseca ao processo de reprodução social do campesinato, tida como uma consequência da desvalorização do rural frente ao urbano.

Em sentido contrário ao que foi posto, vê-se que os movimentos sociais rurais²³, tanto no Brasil quanto na América Latina, possibilitam a construção da ação/organização política da juventude rural. Nessa perspectiva, Castro (2009) afirma que se vive, na atualidade, uma “reordenação”²⁴ da categoria juventude rural, apesar do confronto com as representações urbanas. Dessa forma,

Esse jovem rural, se apresenta longe do isolamento, dialoga com o mundo globalizado e reafirma sua identidade como trabalhador, camponês, agricultor familiar, acionando diversas estratégias de disputa por terra e por seus direitos como trabalhadores e como cidadãos. Assim, *jovem da roça, juventude rural, jovem camponês* são categorias aglutinadoras de atuação política (CASTRO, 2009, p.183).

A “reordenação” se contrapõe a imagem de desinteresse pelo meio rural. Não obstante, esse “novo ator” ainda é desconhecido, como pode ser constatado no levantamento de Weisheimer (2005), que conclui que “migração” e “invisibilidade” são as problemáticas preponderantes nos estudos sobre juventude. A autora constata que no Brasil a juventude rural ainda não é prioridade no âmbito das políticas públicas.

²³ Os movimentos sociais enquanto espaço de organização dos jovens.

²⁴ A autora (2009, p.183) utiliza o termo “reordenação” por considerar que esse tipo de articulação não é algo novo, que “juventude rural foi uma categoria ordenadora de organizações de representação social”.

3.3 JUVENTUDE RURAL E TRABALHO: significados e implicações

As transformações recentes no mundo contemporâneo, que marcaram o capitalismo entre o final do século XX e início do século XXI, desencadearam mudanças profundas no mundo do trabalho, as quais se deram no âmbito da organização da produção e da tecnologia, dentre outros. As “mutações” observadas no contexto do trabalho se articulam com “... a globalização dos mercados, o aumento da competitividade entre países ou empresas, a reestruturação produtiva, as inovações tecnológicas e/ou sócio-organizacionais, a flexibilização das relações de trabalho, dentre outras.” (TOLFO; PICCININI, 2007, p.38). Trata-se de um processo recente, mas que não se restringe apenas à esfera da produção, envolvendo também mudanças comportamentais dos sujeitos adultos e jovens que se inserem na idade ativa de adentrarem no mundo do trabalho.

Para os jovens, o trabalho apresenta um lugar de destaque nas discussões relacionadas a projetos de vida e futuro, contendo múltiplos significados e implicações. De modo geral, a compreensão dos significados e sentidos do trabalho para o trabalhador envolve múltiplas facetas, trata-se de uma temática que “... pode ser estudada por diferentes disciplinas e com múltiplas perspectivas teóricas.” (TOLFO; PICCININI, 2007, p.38).

Tomando por base a perspectiva marxista acerca do trabalho, de modo geral, este pode ser definido como a capacidade humana de transformar a natureza para atender suas necessidades. As relações de produção são concebidas como as relações concretas estabelecidas pelos homens em uma sociedade determinada, em prol da produção e reprodução social de indivíduos e classes sociais. Conforme Marx (2010), as relações que os homens estabelecem uns com os outros, que antecedem a ação sobre a natureza, ou seja, a realização da produção, são expressas na forma de propriedade e na organização das relações de trabalho entre as classes sociais. Desse modo,

... as relações sociais de produção alteram-se, portanto, transformam-se com a alteração e o desenvolvimento dos meios materiais de produção, as forças de produção. As relações de produção, na sua totalidade, formam aquilo a que se dá o nome de relações sociais, a sociedade, e na verdade, uma sociedade num estágio histórico e determinado de desenvolvimento... (MARX, 2010, p. 46).

Por sua vez, Rosenfield (2004, p.216) argumenta que, no contexto da sociedade capitalista, o trabalho pode ser concebido como “... um simples *meio* de garantir a existência.” A autora também ressalta o seu caráter de subordinação, afirmando que “O trabalho assalariado, mais que qualquer outro, possui um caráter de subordinação...”. Contudo, apesar desse “elo de subordinação” que representa para o trabalhador (em relação ao empregador), o trabalho assalariado tem um significado para o primeiro. Nesse sentido, pode ser entendido como:

... a representação social que a tarefa executada tem para o trabalhador, seja individual (a identificação de seu trabalho no resultado da tarefa), para o grupo (sentimento de pertença a uma classe unida pela execução de um mesmo trabalho, ou social (o sentimento de executar um trabalho que contribua para o todo, a sociedade). (TOLFO; PICCININI, 2007, p. 40)

Vida e trabalho estão associados, tendo em vista que o trabalho possui importância e sentido, tanto para o indivíduo quanto para o conjunto da sociedade. O sentido do trabalho deriva do processo de atribuição de significados, sendo condizente com as condições históricas: “... por sua atribuição psicológica e social, varia, na medida em que deriva do processo de atribuir significados...” (TOLFO; PICCININI, 2007, p.40).

Para além da dimensão produtiva, o trabalho constitui-se uma atividade humana fundamental, visto que:

O trabalho produz um mundo <<artificial>> de coisas, nitidamente diferente de qualquer ambiente natural. Dentro de suas fronteiras habita cada vida individual, embora esse mundo se destine a sobreviver e a transcender todas as vidas individuais. A condição humana do trabalho é a mundanidade (ARENDDT, 1993, p.15).

De acordo com Antunes e Alves (2004, p.342), integram a classe trabalhadora o conjunto constituído pelos que sobrevivem e se reproduzem a partir da venda de sua força de trabalho, do qual fazem parte:

... a totalidade dos assalariados, homens e mulheres que vivem da venda de sua força de trabalho, não se restringindo aos trabalhadores manuais diretos, incorporando também a totalidade do trabalho social, a totalidade do trabalho coletivo que vende sua força de trabalho como mercadoria em troca de salário.

Tendo em vista o contexto do nosso estudo, que aborda a juventude do meio rural no âmbito da agricultura familiar, vale ressaltar que a classe trabalhadora “... também incorpora o proletariado rural, que vende a sua força de trabalho para o capital, de que são exemplos os assalariados das regiões agroindustriais...” (ANTUNES e ALVES, 2004, p. 342). As análises das relações sociais que possuem como sujeitos os trabalhadores assalariados do meio rural ou o proletariado rural, devem apreendê-los dentro de suas especificidades, por tratar-se de outra realidade. Entretanto, com relação ao desenvolvimento capitalista no campo, pode-se afirmar que o agronegócio abarca diversas formas sociais de produção e a agricultura familiar pode estar ou não incluída.

É fato que as mudanças no contexto econômico e social apresentam múltiplas implicações na vida dos sujeitos, estando estas relacionadas à esfera do trabalho. Sendo assim, a discussão que questiona a centralidade do trabalho na sociedade “pós-industrial” nas análises das relações sociais no contexto do modo de produção capitalista (OFFE, 1989), acabam sendo rebatidas em face das problemáticas que se configuram, sobretudo nas análises que tem como foco o domínio do capitalismo na sociedade contemporânea, nas quais a questão da exploração do trabalho ainda é central.

Com as transformações na economia, a base do sistema passou a ter uma nova infraestrutura, determinada pelas tecnologias da informação e da comunicação. Nesse sentido, Petersen et al. (2009) chamam a atenção para o que alguns pesquisadores classificam como processos de desenvolvimento tecnológico não-democráticos, que refletem uma visão hegemônica de desenvolvimento, voltado para a matriz industrial, em conformidade com as relações de produção nos moldes do sistema capitalista, as quais são fortemente marcadas pela dominação tecnológica.

No contexto brasileiro, mais especificamente no espaço rural, as transformações que remodelaram cenário socioeconômico colaboraram para a redefinição deste espaço, o qual passou por um processo de “urbanização” que compreendeu as décadas de 1980 e 1990, em decorrência da industrialização da agricultura e o “transbordamento” do urbano no rural (SILVA, 1997). Essas mudanças implicaram numa reformulação do

entendimento acerca do processo de produção e suas relações no espaço rural, as quais estão ligadas a estes processos de “industrialização” e “urbanização” do espaço rural. Vale salientar que uma das formas de inserção do capital urbano-industrial no meio rural dá-se por meio da contratação da pequena unidade produtiva pela grande empresa, que produz as matérias-primas para esta.

Essa “urbanização” do meio rural compreende o acesso por parte das populações rurais aos benefícios, que seriam bens e serviços dos quais dispõem as populações urbanas, o que implica na “... criação de infra-estrutura de transportes e comunicações, bem como a extensão dos serviços urbanos básicos, principalmente água potável, energia elétrica, saúde e educação”. (SILVA apud SILVA, 2002, p. 163).

Ainda de acordo com Silva (2002), a implementação de políticas de urbanização no meio rural em consonância com políticas de geração de emprego e renda, envolvendo atividades agrícolas e não agrícolas, faz com que o espaço rural assuma uma nova caracterização. Isso não se daria apenas em termos de possíveis melhorias na qualidade de vida da população, que passa a ter acesso mais fácil a serviços essenciais dos quais não dispunha antes, mas também como atrativo para permanência da população jovem. Dessa forma, contribui para que seja invertido “... o padrão de crescimento agrícola adotado pelo Brasil na década de 60 que teve como principal subproduto a expulsão prematura de trabalho” (VEIGA apud SILVA, 2002, p. 165).

Nesse contexto estão inseridos os jovens e tanto a rejeição destes à atividade agrícola quanto o problema da sucessão nos estabelecimentos agrícolas familiares são temáticas recorrentes nos estudos que abordam a juventude do meio rural (WEISHEIMER, 2005). Neste sentido, compreende-se que a relação juventude rural e trabalho abarca projetos de vida e a questão da reprodução social na agricultura familiar, observando-se que as possibilidades de trabalho remunerado ou a condição de assalariamento estão também no centro da discussão.

Para Brumer (2007), é certo que no contexto da emigração rural, as opções de trabalho remunerado aparecem como fatores de atração. Carneiro (2007), por sua vez, constata em suas pesquisas que o “espaço agrícola” como lugar de morar está sofrendo um esvaziamento e que mesmo aquelas famílias que sobrevivem da atividade agrícola preferem residir mais próximo dos centros dos municípios, o que facilita o acesso aos trabalhos não agrícolas, que tem assumindo cada vez mais importância na renda familiar.

Sobre a relação juventude rural e trabalho, no levantamento feito por Weisheimer (2005) acerca das pesquisas desenvolvidas, foram identificadas quatro linhas temáticas gerais. Dentre estas, a linha “Juventude rural e Inserções no trabalho”. Os estudos que constituem este eixo apontam para “as relações entre as oportunidades e os processos de trabalho no campo com as dinâmicas migratórias dos jovens rurais”.

Constata-se que os jovens rurais percebem a educação como condição necessária para inserção no mercado de trabalho urbano, estabelecendo estreita relação entre educação e trabalho. A inserção no mundo do trabalho é vista como fundamental, sobretudo na perspectiva da transição juvenil, tendo em vista que é por meio do trabalho que os jovens adquirem ou conquistam uma relativa autonomia diante da família de origem. No que se refere às relações que se estabelecem entre juventude rural e trabalho, apresento uma síntese das pesquisas desenvolvidas no período de 1990 a 2004, como mostra o Box 03:

Box 03 – Estudos sobre “Juventude rural e Inserção no trabalho”

Sobre o tema 3) *Juventude Rural e Inserção no Trabalho*, observamos a maior variedade de questões em um mesmo grupo temático. Essa diversidade reflete as alternativas de ocupação e trabalho dos jovens. Um conjunto maior de pesquisas refere-se às formas de inserção dos jovens no processo de trabalho da agricultura familiar. Destacam a ocorrência de uma divisão por sexo e idade entre os membros das famílias de agricultores. Os jovens nessas situações encontram-se subordinados à orientação dos pais e geralmente não contam com o reconhecimento social de um agricultor adulto. Esses trabalhos evidenciam ainda que nas situações em que os jovens são valorizados pelo trabalho que realizam, como, por exemplo, no estabelecimento de parcerias entre pais e filhos, ou quando estes recebem alguma remuneração pelo trabalho que executam, eles demonstram ser mais favoráveis a permanecer residindo no meio rural como agricultores. Esses estudos tendem a relacionar as dinâmicas de inserção do jovem no processo de trabalho agrícola com suas disposições de se estabelecer profissionalmente na agricultura familiar. Suas conclusões apontam que a necessidade de obter um rendimento próprio para cobrir seus gastos pessoais é o principal motivo que leva os jovens a buscarem trabalho fora do estabelecimento familiar (Brumer et al., 2000; Deser, 1999; Weisheimer, 2002). Outros textos enfatizam o problema da inserção precoce no trabalho como condizente com um padrão cultural que valoriza essa atividade combinada a uma economia que subordina o trabalho ao capital (Hoelzel, 2000). Aborda-se também a participação dos jovens no plantio de drogas ilícitas, destacando-se que a política de erradicação das drogas tem sido acompanhada pelo incremento das mortes violentas dos jovens nas zonas rurais produtoras (Iulianelli, 2004). Enfatiza-se ainda a inserção das moças e das meninas adolescentes provenientes do meio rural no trabalho doméstico urbano como empregadas das classes médias, destacando-se um processo de ressocialização e de subordinação no qual se encontram inseridas (Monteiro, 1996). Outro conjunto de pesquisas enfoca a participação de jovens nos processos de pluriatividade, que é a combinação do trabalho agrícola com outras formas de ocupação, geralmente no próprio meio rural. Esse conjunto destaca a emergência do turismo rural como alternativa de criação de trabalho e renda para os jovens desses municípios como expressão da pluriatividade (Lima, 2004). As práticas de trabalho em domicílio que se realizam em ateliês de costuras de bolas ou calçados instalados em residências rurais do Sul do Brasil são analisadas, enfatizando-se que são ocupações em que predomina um viés de gênero e de idade. Esse trabalho em domicílio é visto ainda como um exemplo de empreendedorismo protagonizado por jovens rurais (Tedesco, 2003). No conjunto, os estudos reunidos nesse grupo temático chamam a atenção para as relações entre as oportunidades e os processos de trabalho no campo com as dinâmicas migratórias dos jovens rurais.

FONTE: JUVENTUDE RURAL - MAPA DE ESTUDOS RECENTES (WEISHEIMER, 2005)

Importa-nos observar que a síntese das pesquisas, apresentada no Box 03, denota a importância que o trabalho assume na vida dos jovens, em suas decisões com relação ao futuro. Evidenciam a questão do reconhecimento do trabalho na agricultura familiar e da remuneração, já que nesse contexto, muitas vezes, os jovens não possuem o trabalho valorizado remunerado. Também é importante destacar o papel do jovem na pluriatividade das famílias. Por fim, destacam-se as relações entre as oportunidades de trabalho no meio rural e as dinâmicas migratórias que fazem com que a questão social comumente associada à categoria juventude rural seja a migração campo-cidade, justificada pela diminuição demográfica e territorial do espaço rural.

Dessa forma, a saída dos jovens dos espaços rurais para as cidades configura-se como um problema social no contexto da agricultura familiar, tendo em vista sua especificidade, já que estes, como também apontam Ferreira e Alves (2009) são vistos como uma “categoria-chave para a reprodução social do campo e da agricultura familiar”. Por sua vez, a permanência está diretamente relacionada à possibilidade de vida, o que se vincula estreitamente com oportunidade de trabalho e, sobretudo, renda, demandando, dentre outras coisas, que sejam pensadas “... alternativas não-agrícolas tanto para moças quanto para rapazes ou, ao menos, em um modo de fazer agricultura diferente da realizada por seus pais.” (CARNEIRO, 2007, p. 61).

Destarte, Weisheimers (2005, p. 22) aponta que as pesquisas que abordam a questão da “juventude rural e inserções no trabalho” informam que “O ingresso no trabalho é visto como elemento central na transição juvenil, já que é por meio dele que os jovens começam a adquirir uma relativa autonomia perante a família de origem”. Essa constatação é importante para a compreensão acerca do posicionamento ou as decisões dos jovens acerca do meio rural, no que se refere a projetos ou trajetórias de vida e trabalho. Nesse sentido, convém utilizar o enfoque “moderno” de ruralidade, situando no âmbito das vinculações com o meio urbano. Inclusive, os dados demográficos oriundos das pesquisas censitárias informam que em alguns municípios/localidades de médio porte no Brasil, o rural e o urbano estão vinculados também através de processos de migração diária²⁵.

Nessa perspectiva, a proposição de políticas públicas para essa juventude, com foco na geração de trabalho e renda no meio rural se torna um imperativo, tendo em vista a importância do trabalho em suas decisões quanto ao futuro, como demonstram os estudos. A questão da política pública para a juventude rural no Brasil será tratada no próximo capítulo.

²⁵ Deve-se observar que o deslocamento diário, na atualidade, pode se dar tanto do rural para o urbano, quanto do urbano para o rural.

4 POLÍTICA PÚBLICA, JUVENTUDE E JUVENTUDE RURAL

Este capítulo está dividido em três partes: na primeira, busca-se fazer uma caracterização da construção e configuração da política pública brasileira destinada aos jovens de modo geral e a juventude rural, em particular, a partir da década de 1990, tendo como fonte documentos oficiais, bem como a bibliografia disponível sobre o tema. O objetivo é apresentar o percurso histórico do processo. Na segunda parte, fazemos uma caracterização da instituição responsável pelo serviço de ATER, no âmbito governamental, no estado do Rio Grande do Norte, a EMATER-RN, sistematizando os programas de políticas públicas e os projetos implementados e executados na primeira década dos anos 2000, mais precisamente no período de 2003 a 2010, a partir do processo de reestruturação institucional ocorrido no período. Na terceira parte, procuramos examinar a atuação da instituição no que se refere aos jovens do meio rural, especificamente no período em questão.

4.1 A POLÍTICA PÚBLICA PARA A JUVENTUDE NO BRASIL

Políticas públicas para juventude é o termo que reúne em seu conjunto os princípios, as estratégias e as ações que designam os direitos e os deveres dos jovens, além de afirmar as potencialidades dessa categoria, propiciando-lhe as condições para a participação na vida em sociedade. Rua (1998 apud SPOSITO e CARRANO, 2003, p.59) define como “... conjunto de decisões e ações destinadas à resolução de problemas políticos”, contrapondo “problemas políticos” a “estado de coisas”. Os autores explicam essa contraposição, que parte da compreensão de que alguns processos sociais só deixam o “estado de coisas” quando passam a ser vistos como problemas políticos, passando a compor a agenda pública.

Nossas reflexões terão como embasamento a compreensão de políticas públicas apresentada por Sposito e Carrano (2003, p. 59):

Em sua acepção mais genérica, a idéia de política pública está associada a um conjunto de ações articuladas com recursos próprios (financeiros e humanos), envolve uma dimensão temporal (duração) e alguma capacidade de impacto. Ela não se reduz a implantação de serviços, pois engloba **projetos de natureza ético-política e compreende níveis diversos de relações entre o Estado e a sociedade civil** na sua constituição. Situa-se também no campo de

conflitos entre atores que disputam orientações na esfera pública e os recursos destinados à sua implantação. É preciso não confundir políticas públicas com políticas governamentais. (grifo nosso)

Estudos realizados nos últimos anos, entre a década de 1990 e a primeira década do séc. XXI, por Sposito (2002), Sposito e Carrano (2002, 2003), Sposito e Corrochano (2005) e pela UNESCO (2004) apontam o aumento do investimento em programas de políticas públicas de juventude no Brasil nos últimos anos. São programas que tem a finalidade de instituir projetos que objetivam constituir-se em alternativa aos problemas que atingem a parcela jovem da população, inserida na ordem social vigente, relacionados à educação, à saúde e ao trabalho ou outros relacionados a situações de conflito com a lei. Os programas possuem diferentes formatos, variando com relação aos objetivos, enfoques e estratégias de ação, os quais, geralmente, procuram atingir o grupo classificado como em situação de vulnerabilidade social.

Rua (1998 apud SPOSITO e CARRANO, 2003), afirma que ao se analisar a trajetória das políticas públicas para os jovens no Brasil, observa-se que anteriormente ao final da década de 1990 as políticas setoriais de educação, saúde e trabalho não contemplavam ações específicas especificamente para jovens, diferenciando-se do restante da América Latina. Dessa forma, estes eram “... abrangidos por políticas sociais destinadas a todas as demais faixas etárias, e tais políticas não estariam sendo orientadas pela idéia de que os jovens representariam o futuro em uma perspectiva de formação de valores e atitudes das novas gerações.” (SPOSITO e CARRANO, 2003, p.2), o que se devia ao fato de estes não estarem situados na condição de problema de natureza política, que demanda solução.

Situando historicamente, foi na década de 1920 que teve início a intervenção do Estado na formulação de políticas públicas para os jovens no Brasil, através do Código de Menores, que foi instituído por meio do Decreto-Lei n.5.083, de 1º de dezembro de 1926 e o Decreto Federal n.17943-A, de 12 de outubro de 1927, que normatizou as leis de assistência e proteção a menores, de autoria do jurista Dr. José Cândido de Albuquerque Mello Matos. Esse código orientou a formulação de políticas para os jovens até o final da década de 1970, pautando-se numa “ideologia conservadora de moralização do indivíduo e na manutenção da ordem social, [...]. Estabeleceu a criação de mecanismos de proteção à criança dos perigos que a desvirtuassem do caminho do trabalho e da ordem.” (CARVALHO, 2009, p. 60). Já na década de 1950, o foco do

Estado foi direcionado para políticas educativas, com vistas ao processo de modernização vigente. A perspectiva desenvolvimentista orientou a formulação e implementação de políticas voltadas para a educação e profissionalização dos jovens, bem como ocupação do tempo livre.

Na década de 1970, o código de 1927 passou por uma reformulação, que foi orientada pelas discussões realizadas em fóruns internacionais no campo do direito de menores, adotando a doutrina da situação irregular²⁶. O novo Código de Menores foi promulgado em 10 de outubro de 1979 - Lei n.6.697/79. O documento foi concebido no período militar, tomando como modelo a tutela e a percepção de que crianças e adolescentes pobres viviam em situação de irregularidade social, favorecendo a exclusão social. (SARAIVA, 1999 apud CARVALHO, 2009).

Na década de 1980, destacou-se a organização de diversos setores sociais em prol da liberdade e da democracia, sendo também nessa década e na década seguinte que a prioridade e o reconhecimento das garantias sociais, preconizadas já na Declaração Universal dos Direitos da Criança (1959), ganharam destaque. Em 1988 foi promulgada a nova constituição da república, instaurando um novo ordenamento político, quando o governo federal passa a ser responsável pela coordenação das políticas públicas sociais. Nesse contexto, os municípios são reconhecidos como entes federativos autônomos, possibilitando a transferência de atribuições, responsabilidades e recursos do governo federal para as instâncias estadual e municipal, que passaram a ter autonomia para organizarem e gerirem as suas políticas (CUNHA e CUNHA, 2002 apud CARVALHO, 2009).

Num contexto de mobilização popular pela democracia, amplia-se também a participação da sociedade civil na formulação e gestão de políticas públicas contemplando áreas relacionadas aos direitos e proteção das crianças e dos adolescentes. Tomando por base a perspectiva da universalidade de direitos, a Constituição de 1988 reconhece-os como sujeitos de direitos e objetos de proteção integral, definindo-os como prioridade absoluta²⁷.

Em 1990 com a promulgação da lei federal 8.069/90, foi instituído o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, fruto da mobilização popular, com o objetivo de especificar e ampliar os direitos das crianças e dos adolescentes, entendidos enquanto

²⁶ Na doutrina da situação irregular, os menores são objetos da norma quando estes se encontram em estado de "patologia social".

²⁷ Artigos 227º, 228º e 229º.

sujeitos de direitos, tendo em sua essência a doutrina da proteção integral²⁸, sendo revogada a legislação anterior. Para operacionalização da política, foi estabelecida a articulação entre o Estado e a sociedade civil, originando-se os conselhos em nível municipal, estadual e federal. Tratou-se, então, de uma política de atendimento aos direitos individuais e coletivos das crianças e dos adolescentes, concebida pela articulação de ações estatais e não estatais. No entanto, sua formulação coincidiu com o período do ajuste neoliberal (década de 1990), que resultou num freio às políticas sociais em função da minimização e privatização do aparato estatal, que dificultou o acesso aos serviços sociais, de modo geral, intensificando-se as terceirizações no setor público (CARVALHO, 2009).

Vale salientar que foi na década de 1990 que ocorreu também a implementação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a LDB 9.394/96, em consonância com a Constituição Federal e com o ECA, articulando, dessa forma, educação, cidadania e trabalho²⁹, sendo a educação, portanto, o meio para a inserção do sujeito no mercado de trabalho e sua integração na sociedade. Princípios dessa lei se fizeram presentes na construção da Política Nacional de Juventude, instituída por meio da lei 11.129 de 30 de junho de 2005. Desse modo, pode-se afirmar que a década de 1990 foi muito importante, destacando-se as “... lutas dos setores progressistas da sociedade pela regulamentação dos direitos sociais inscritos na Constituição.” (CARVALHO, 2009, p. 67)

No contexto da discussão, formulação e regulamentação de programas voltados para a juventude, diversas organizações do Estado e da sociedade civil se mobilizaram em prol da construção de políticas públicas, ampliando o que estava posto no ECA. Outro ponto do debate era a necessidade de documentos específicos para a juventude, compreendendo, numa perspectiva etária, a faixa que estende dos 15 aos 29 anos, onde se contemplasse a estruturação e a efetivação de políticas públicas para a juventude, com foco no “desenvolvimento integral” do jovem.

No tocante à temática “Juventude”, eventos internacionais ocorridos entre as décadas de 1980 e 1990 fizeram com que esta entrasse para a pauta política de instituições do Estado. Inclusive, o ano de 1985 foi declarado como Ano Internacional

²⁸ Prioridade absoluta em todos os aspectos de direitos fundamentais do ser humano.

²⁹ Dentre os princípios e fins da educação nacional, consta: Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

da Juventude pela ONU. Já em 1991, aconteceu o Primeiro Fórum Mundial da Juventude do Sistema das Nações Unidas, em Viena (Áustria). Tais eventos, de nível internacional e local em diversos países, fizeram com que a temática passasse a ser de interesse do Estado, sendo incluída nas agendas políticas institucionais.

Na América Latina, programas sociais direcionados para os jovens começaram a se sobressair em virtude da influência das organizações internacionais e também como resultado de processos de redemocratização, como no caso brasileiro. Dessa forma, no Brasil e em outros países da América Latina, o tema passou a ser incluído na pauta das discussões e debates no âmbito do Estado Nacional a partir do final da década de 1990 e início do século XXI (BARCELLOS, 2012).

Conforme Barcellos (2012, p1), o surgimento de instituições específicas, a formulação e implementação de políticas públicas e programas com foco na juventude situada nos espaços urbano e rural “... prospectam um marco institucional diferenciado no âmbito das relações de acordo e disputa política no âmbito do Estado no Brasil.”. Nesse sentido, se faz necessária a contextualização desse processo, para que se possa reconhecer o momento em que a temática passou a ser de interesse do Estado, das organizações e dos movimentos sociais.

Assim, o contexto sociopolítico que se delineava na época era o segundo mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso – final dos anos 90 – foi quando se alterou o contexto de ausência de políticas específicas para os jovens. Foram implantadas ações públicas no âmbito do governo federal, as quais se deram, principalmente, em parcerias com governos estaduais, municipais e organizações da sociedade civil. O momento histórico caracterizou-se pela idéia de administração pública condizente com os princípios da reorientação da ação do Estado por intermédio dos ajustes estruturais preconizados pelas agências internacionais - Grupo Banco Mundial (FMI e BIRD) e ONU (UNESCO, OIT e OMS).

Também desde a década de 1990 que a UNESCO vem desenvolvendo pesquisas no Brasil que analisam a juventude a partir de enfoques que privilegiam temáticas como: violência, cidadania e educação. São as caracterizações como “jovem em situação de risco” que orientam a formulação de programas sociais, os quais objetivam “reintroduzir” na sociedade esse público. Inclusive, pode ser citado como exemplo de programa nacional o Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (PLANFOR). Em suas diretrizes básicas (Resoluções CODEFAT n. 258 – PLANFOR 2000-2001), esse

plano definiu atender a categoria “Jovem em situação de risco” até o ano 2000 e, a partir de 2001, “Jovem em busca do primeiro emprego” (CASTRO, 2009).

Na análise de Sposito e Carrano (2002), a partir de 1990 o enfoque institucional, com relação ao atendimento público aos jovens, foi direcionado para o enfrentamento da pobreza, para a prevenção de delitos e para a inserção laboral. Afirmam os autores que o segmento também só passa a ser tido como alvo de política pública específica ao se caracterizar como problema social, inclusive apontado pela mídia como produtor potencial de violência. Vale salientar que o foco na formulação da política para a juventude tem sido, predominantemente, a assistência emergencial para os sujeitos considerados em situação de risco. Propõe-se ações de qualificação profissional e encaminhamento para o mercado de trabalho para os jovens pertencentes à classe pobre, além das ações emergenciais, o que se intensificou na década de 1990, momento histórico caracterizado pela instabilidade econômica e pelo enxugamento dos programas sociais governamentais.

De acordo com Abad (2002 apud SPOSITO e CARRANO 2003, p.18) na América Latina a evolução das políticas públicas de juventude ao longo da história ficou condicionada a problemática da exclusão social dos jovens e dos processos de transição para a fase adulta, que implica na sua “integração ao mundo adulto”. O autor sintetiza contribuições de diversos autores, definindo uma periodização que abrange quatro modelos de políticas, visando:

- a) a ampliação da educação e o uso do tempo livre (entre 1950 e 1980); b) o controle social de setores juvenis mobilizados (entre 1970 e 1985); c) o enfrentamento da pobreza e a prevenção do delito (entre 1985 e 2000); e d) a inserção laboral de jovens excluídos (entre 1990 e 2000).

No início dos anos 2000, foram criados órgãos governamentais, na forma de coordenadorias, secretarias especiais, assessorias e núcleos, com o objetivo de viabilizar a formulação e execução de programas e projetos voltados para a juventude. Dessa forma, foi num contexto de articulação³⁰ e mobilização política³¹ que foi criada em 2005 a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), a partir da realização do encontro intitulado

³⁰ A articulação se deu entre gestores públicos, pesquisadores, jovens e sociedade civil.

³¹ Com maior intensidade nos anos de 2003 e 2004.

“Diálogo Nacional das Organizações Juvenis”, realizado em julho de 2004 na Câmara dos Deputados como etapa preparatória para a Conferência Nacional da Juventude. Desse evento resultou a proposta de construção de uma Política Nacional para a Juventude, e do Grupo de Trabalho Interministerial da Juventude, onde foram estabelecidos os principais objetivos da política, que seriam: expandir o acesso e a permanência numa escola de qualidade; erradicar o analfabetismo entre os jovens; preparar para o mundo do trabalho; gerar trabalho e renda; promover vida saudável; democratizar o acesso ao esporte, ao lazer, à cultura e à tecnologia da informação; promover os direitos humanos e as políticas afirmativas; estimular a cidadania e a participação social; melhorar a qualidade de vida dos jovens no meio rural e nas comunidades tradicionais (BRASIL, 2008b).

O GT Interministerial da Juventude utilizou em seu diagnóstico da juventude brasileira informações da Pesquisa Nacional de Amostragem Domiciliar (PNAD) de 2003. De acordo com essa pesquisa, o Brasil possuía 4,5 milhões de brasileiros na faixa etária dos 18 aos 29 anos, que se encontravam fora da escola e do mercado de trabalho. Constatou-se também que essa faixa etária era a que acumulava os piores índices de desemprego, evasão escolar, falta de formação profissional, mortes por homicídio e envolvimento com drogas.

Diante do quadro que se apresentava, o governo instituiu a PNJ, sendo recomendada a criação da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), do Conselho Nacional da Juventude (Conjuve) e do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem). Esse Programa destinou-se ao grupo etário na faixa dos 18 aos 29 anos, focando na execução de ações integradas que propiciassem a elevação do grau de escolaridade, com vistas à conclusão do ensino fundamental, bem como a qualificação profissional dos jovens (BRASIL, 2005).

O CNJ é um órgão consultivo que tem o dever de “... assegurar que a Política Nacional de Juventude do Governo Federal seja conduzida por meio do reconhecimento dos direitos e das capacidades dos jovens e da ampliação da participação cidadã.” (BRASIL, 2006, p.9). A SNJ constitui parte integrando da Secretaria Geral da Presidência da República, sendo responsável pela elaboração, proposição e discussão de políticas públicas direcionadas para os jovens, na faixa etária entre 15 e 29 anos, no âmbito federal. Também representa o grupo social em espaços internacionais.

A PNJ configura-se como uma ação intersetorial, associando políticas estruturantes com programas específicos, os quais são desenvolvidos por vários

ministérios do governo federal. Seu objetivo é oferecer soluções para os problemas que acometem os jovens brasileiros e propor ações que desencadeiem a participação destes nas discussões de âmbito nacional, como segmento protagonista no processo de desenvolvimento.

No que tange à agenda juvenil, a partir de 2005 foram registrados avanços que incluem a criação da SNJ e do Conjuve, que se apresentam como reforço a dimensão institucional da política. Vale salientar que duas dimensões da PNJ merecem ser destacadas: a que se refere ao marco legal e outra relativa ao aspecto da inclusão social. Desse modo, no Box 04 procuramos esclarecer estas dimensões da política, de forma sucinta:

Box 04 – Dimensões da Política Nacional de Juventude

1.1.1 A Dimensão Legal

Uma outra dimensão, tão fundamental quanto as outras, é a constituição de um marco legal, que vai permitir ao Brasil consolidar sua política juvenil como uma política de Estado, ou seja, uma política perene e independente da vontade daqueles que estejam governando o país. Com esse objetivo, a Secretaria Nacional de Juventude participou, estimulou e apoiou os debates em torno das três matérias que integram o marco legal da juventude, uma já implementada e duas sob apreciação do Congresso Nacional. Aprovada e promulgada em julho de 2010, a PEC 042/2008, conhecida como a PEC da Juventude, foi transformada na Emenda Constitucional 65, inserindo o termo "jovem" no texto constitucional, no capítulo dos Direitos e Garantias Fundamentais, a exemplo do que já ocorria com a criança, o adolescente e o idoso. O Estatuto da Juventude, que estabelece a responsabilidade das três esferas governamentais na execução das políticas juvenis, foi aprovado na Câmara dos Deputados em outubro de 2011 e aguarda apreciação do Senado. O Plano Nacional de Juventude, por sua vez, estabelece um conjunto de metas que os governos – federal, estadual e municipal – deverão cumprir em relação à política juvenil em um período de dez anos, e aguarda entrar na pauta de votação da Câmara dos Deputados.

1.1.2 O desafio da Inclusão Social

A inclusão é, sem dúvida, a mais complexa dimensão da política juvenil. Para vencer este desafio, o governo criou programas específicos, a exemplo do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem), que oferece elevação de escolaridade, capacitação profissional e inclusão digital. Criado em 2008, o Programa atua nas modalidades Urbano (que até 2011 foi executado pela Secretaria Nacional de Juventude e em 2012 migrou para o Ministério da Educação); Projovem Campo (Ministério da Educação); Projovem Adolescente (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome) e Projovem Trabalhador (Ministério do Trabalho e Emprego). [...]

Fonte: <http://www.juventude.gov.br/politica>

Com relação aos jovens que vivem no meio rural, foi a partir da década de 1990 que a temática “Jovem camponês” ou “Juventude rural” começou a ganhar maior

expressividade no que concerne à produção acadêmica e técnica nos países em desenvolvimento, na América do Sul. No entanto, se reconhece que o processo de organização e mobilização política da juventude do meio rural teve início já na década de 1930, por meio da Igreja Católica³².

A emergência da categoria no seio das organizações e dos movimentos sociais se deu através dos processos de reivindicações e de organização de representação política nas esferas governamental e não governamental, que colocaram em evidência o grupo social e o debate sobre a temática, possibilitando espaços de atuação política (BARCELLOS, 2012).

Assim, foi em meio a esta conjuntura política que foram se constituindo vários espaços de discussão de ações políticas direcionadas para a juventude rural, no âmbito do governo federal, contando com a participação de grupos da sociedade civil. Como espaços de discussão e participação, podemos citar o grupo que se transformou em Comitê Permanente de Juventude Rural (CPJR), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF) e, a partir de 2011, o Grupo de Trabalho em Juventude Rural (GTJR) da SNJ. Além da constituição desses espaços, ações, políticas e programas direcionados para a juventude rural vêm sendo desenvolvidos no âmbito do governo federal, a exemplo do PRONAF-Jovem³³, o selo Nossa Primeira Terra – Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) e o PRONATEC.

No âmbito do governo federal, fica a cargo, principalmente, da SNJ e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) o desenvolvimento de ações, políticas e programas para este público. Um exemplo de conquista, por meio das mobilizações, foi o PRONAF-Jovem (2003) e a ampliação do ProJovem para atender aos jovens que vivem no meio rural. As políticas para a juventude rural são discutidas junto ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF). O MDA possui atuação junto ao conselho, no qual está situado o Grupo Temático de Juventude Rural (GTJR), criado através da Resolução nº 66 de 20 de novembro de 2008, sendo este instituído para construir propostas de fortalecimento e articulação entre as políticas

³² Registre-se a formação da Juventude Agrária Católica (JAC).

³³ Uma linha de crédito do PRONAF, destinada aos jovens do meio rural na faixa etária dos 16 aos 29 anos.

públicas com vistas a apoiar a construção do pacto pela juventude no Brasil, voltado, especificamente, para a juventude rural.

Diante do exposto, pode-se afirmar que os agentes públicos são impulsionados a propor e implementar políticas públicas, bem como planejar, com a participação da sociedade civil organizada, ações estratégicas que propiciem condições de permanência no meio rural, sobretudo para os jovens, que optarem conscientemente pelas atividades agrícolas e não agrícolas neste espaço, contribuindo assim para o processo de reprodução social no campo. Assim políticas de desenvolvimento rural com foco na juventude devem ser ampliadas (ABRAMOVAY, 2005), levando em consideração o caráter multifuncional e pluriativo da agricultura familiar, cuja renda constitui-se de atividades agrícolas e não agrícolas.

4.2 A EMATER-RN: caracterização e ações

Tendo em vista que o estudo tem como foco a juventude rural no contexto da Agricultura Familiar e da ATER governamental, faz-se necessário caracterizar a instituição responsável por esse serviço no estado do RN. O Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Norte³⁴ (EMATER-RN) é um órgão que afirma ter como missão “contribuir para a promoção do agronegócio e do bem estar da sociedade, com foco na agricultura familiar, através do serviço de assistência técnica e extensão rural pública e com qualidade, para o desenvolvimento sustentável” (EMATER/RN - RELATÓRIO DE GESTÃO, 2007, p.5).

A trajetória do serviço de ATER no Rio Grande do Norte teve início em 27 de julho de 1955, através da Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural (ANCAR). A ANCAR instalou-se, inicialmente, nos municípios de Santa Cruz, São Tomé, São Paulo do Potengi e Currais Novos e tinha como objetivo o desenvolvimento socioeconômico do homem do campo. A ação extensionista era direcionada para o trabalho educativo e para o crédito rural supervisionado. Buscava viabilizar tecnologias voltadas para a melhoria da produção, aumento da produtividade e aproveitamento das riquezas naturais. As orientações técnicas eram dirigidas às culturas e criações, bem como à construção de benfeitorias agropecuárias (casas de farinha, armazéns, currais, etc.), além de orientações sobre cuidados com os alimentos, vestuário e administração do lar.

Na década de 1970 foi criada a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Norte (EMATER-RN)³⁵ em substituição a ANCAR, em consonância com a esfera federal. Em nível nacional foi criada a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), que foi extinta na década de 1990. As instituições oficiais de ATER passaram por grandes dificuldades financeiras o que, conseqüentemente, implicou na redução do seu serviço no país, inclusive no Rio Grande do Norte.

Com a extinção da EMBRATER e considerável redução nos recursos públicos, a condição de empresa ficou inviabilizada e a solução encontrada foi a incorporação do órgão pelo Estado, o qual foi transformado em autarquia³⁶, ficando vinculado a Secretaria de Estado da Agricultura, da Pecuária e da Pesca (SAPE) e passando a

³⁴ Vinculado a Secretaria de Estado da Agricultura, da Pecuária e da Pesca (SAPE).

³⁵ Entidade pública de direito privado, criada através da Lei Estadual nº 4.484/75 e vinculada à Secretaria de Agricultura - SAG.

³⁶ Lei número 6.486, de 5 de outubro de 1993, aprovada pela Assembléia Legislativa.

denominar-se Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Norte, sendo este o responsável por “... conceber e executar a política de assistência técnica e extensão rural do Estado, com atividades voltadas para o desenvolvimento rural sustentável e da agricultura familiar, em parceria com órgãos e entidades governamentais e não-governamentais.” (EMATER/RN - RELATÓRIO DE GESTÃO, 2007, p. 9). Assim, a instituição contava com um quadro de servidores constituído por profissionais de diversas áreas de nível médio e superior, numa perspectiva de atuação pautada na multidisciplinaridade, os quais eram denominados extensionistas rurais, sendo recentemente atribuída a denominação de assistente e analista em extensão rural³⁷.

Dessa forma, a instituição caracteriza-se como um órgão governamental que possui competência para conceber e executar a política de assistência técnica e extensão rural no Estado, com o dever de executar políticas públicas voltadas para o fortalecimento dos agricultores familiares e promover o desenvolvimento rural sustentável. São políticas públicas integradas a nível federal, com base nos princípios e diretrizes da Política Nacional de ATER (PNATER), as quais devem ser executadas em parceria com órgãos e entidades governamentais e não governamentais. Nesse contexto, a extensão rural é compreendida enquanto um processo de educação não formal, que tem como fundamento a organização comunitária e a mobilização social (EMATER/RN, 2009).

Nesta perspectiva, a PNATER orienta a construção de processos de desenvolvimento rural sustentável, bem como a produção de alimentos, com o propósito de melhorar a qualidade de vida da população rural. Na análise de Souza et. al. (2009, p.52), “As ações estão fundadas no estímulo à geração de renda e de novos postos de trabalho, na agroindustrialização e em outras formas de agregação de renda à produção primária, contemplando as atividades rurais não-agrícolas.”

No âmbito dos princípios que embasam a política, destacamos aquele que trata dos processos educativos, associando-os a qualidade de vida e ao desenvolvimento rural sustentável. Esta sugere que sejam estruturadas ações de capacitação para os atores sociais em geral. Conforme a PNATER (2004, p. 7) deve-se:

³⁷A política de renovação do quadro funcional pautou-se em duas âncoras: Projeto Treinee e Concurso público. Em 2006, o quadro funcional que estava extremamente defasado foi renovado, após realização de concurso público para contratação imediata de 120 novos servidores.

Desenvolver processos educativos permanentes e continuados, a partir de um enfoque dialético, humanista e construtivista, visando a formação de competências, mudanças de atitudes e procedimentos dos atores sociais, que potencializem os objetivos da qualidade de vida e de promoção do desenvolvimento rural sustentável.

Estudo realizado por Souza et al. (2010, p.1) sobre inovações na Gestão Pública, que toma por base a experiência da EMATER/RN no campo da ATER, aponta que a instituição inovou na prestação do serviço a sociedade na última década, o que se comprova através dos seguintes aspectos:

a) modernização da estrutura e da gestão do pessoal; b) investimentos em infra-estrutura a partir de um amplo leque de parcerias com agentes públicos, e privados e com organizações sociais; c) implantação de ousadas tecnologias sociais; d) incentivos à formação cidadã e ao controle social; e) exercício do papel de agência focado na promoção da qualidade de vida do homem do campo; f) desenvolvimento e aplicação de um novo conceito de extensão rural.

As experiências inovadoras foram implementadas na instituição a partir de 2003, tendo o paradigma da Nova Gestão Pública (*New Public Management*)³⁸ como referencial teórico, enquanto modelo de gestão que busca aprimorar o desempenho da Administração Pública. Assim, buscou-se a “recuperação da capacidade de ação” e a “reestruturação administrativa”, priorizando ações voltadas para o âmbito interno, incluindo a participação dos servidores nos processos decisórios. Uma iniciativa importante foi o investimento na estratégia do trabalho em rede, o que contribuiu para a ampliação das relações institucionais, através do estabelecimento de diversas parcerias³⁹, o que favoreceu a “... EMATER-RN como um órgão articulador e mediador

³⁸ Dasso Junior (2005 apud SOUZA et. al, 2009) identifica as seguintes características relativas à *New Public Management* (NGP): “Profissionalização da gestão nas organizações públicas; padrões de desempenho e medidas de avaliação, com objetivos mensuráveis e claramente definidos; ênfase no controle e nos resultados; desagregação das grandes unidades do setor público; uso de práticas de gestão do setor privado; ênfase na disciplina e na utilização dos recursos, cortando custos e procurando maior eficiência e economia.”

³⁹ Órgãos públicos, organizações da sociedade civil, empresas privadas, organizações não governamentais e do *Sistema S*.

de recursos que são captados por meio de políticas, programas e projetos voltados para desenvolvimento rural sustentável no RN” (EMATER/RN – RELATÓRIO DE GESTÃO, 2009).

É importante enfatizar que, além de ter como eixo orientador estratégias de gestão eficazes e transparentes, a Administração Pública deve guiar-se por finalidades coletivas, que possam atender aos interesses da sociedade como um todo. Nesse sentido, deve buscar contribuir para a diminuição das desigualdades sociais e regionais, promovendo a participação do cidadão por meio do “diálogo social”, o que demanda a construção de redes e o estabelecimento de parcerias institucionais. (NOGUEIRA, 2006 apud SOUZA et al., 2010).

Como referência conceitual, adota a abordagem territorial na perspectiva da promoção do desenvolvimento rural sustentável, compreendendo que “o território é um espaço socialmente construído que manifesta diversas culturas e ambientes que expressam limites e potenciais.” (EMATER/RN - RELATÓRIO DE GESTÃO, 2007, p. 32). Desse modo, a instituição se propõe a articular políticas públicas e programas, de forma holística e coerente com a realidade do Estado, a executar projetos e desenvolver ações voltadas para o desenvolvimento sustentável das comunidades rurais e para inclusão social dos agricultores e agricultoras familiares. Sua atuação nos territórios rurais⁴⁰ do Estado se dá por meio de suas unidades regionais e escritórios locais (Figura 01).

⁴⁰ O Território é compreendido como “um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo cidades e campos, caracterizado por espaços multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a política, a cultura, as instituições e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, em que se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial.” (BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário/Secretaria de Desenvolvimento Territorial. **Atlas territórios rurais**, 2004). Territórios Rurais do RN: Mato Grande, Alto Oeste, Assú-Mossoró, Potengi, Seridó, Sertão do Apodi e Trairí. Estes territórios abrangem 126 municípios, mas a instituição afirma estar presente nos 167 municípios do Estado.

Figura 1 – Área de atuação da Emater no Estado do Rio Grande do Norte



Fonte: EMATER-RN (2007)

A instituição desenvolve diversas ações no Estado, o Box 05 traz uma síntese dos programas de políticas públicas e projetos implementados e executados⁴¹ no período de 2003 a 2010:

Box 05 – Programas e projetos institucionais

<p>Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) – Compra Direta Local da Agricultura Familiar (Término: abril / 2011)</p> <p>Objetivos: Garantia do direito humano à alimentação; Fortalecimento da agricultura familiar e geração de trabalho e renda no meio rural; Promoção do desenvolvimento local através do escoamento da produção para consumo; Valorização dos produtos regionais.</p>
<p>Programa Mais Alimentos (Término: dezembro / 2010)</p> <p>Objetivos: Fortalecer os serviços de ATER no Estado do Rio Grande do Norte; Integrar as políticas públicas, tecnologias e conhecimentos para a produção de alimentos.</p>
<p>Projeto Segunda Água (Término: abril / 2011)</p> <p>Objetivos: Projeto de acesso à água para a produção de alimentos para o autoconsumo; Socialização de tecnologias para a construção de barragens subterrâneas com sistema ampliado de captação de águas pluviais; Garantir segurança alimentar e nutricional para pessoas através da produção de alimentos saudáveis e com grande valor biológico.</p>
<p>Projeto Agrinho (Término: dezembro / 2008)</p> <p>Objetivos: Despertar o interesse de crianças e jovens das comunidades rurais sobre o meio ambiente, cidadania, saúde e educação; Proporcionar mudanças de hábitos e atitudes em relação aos temas, contando com a parceria entre a escola, o professor, o aluno e a comunidade rural.</p>
<p>Projeto de Assistência Técnica e Extensão Rural para Aquicultura e Pesca (Término: dezembro / 2010)</p> <p>Objetivo: Capacitar pescadores artesanais, aquicultores e técnicos da EMATER-RN e de seus parceiros.</p>
<p>Projeto de Centros Vocacionais Tecnológicos de Bovinocultura de Leite (CVTBL-RN) (Término: dezembro / 2010)</p> <p>Objetivo: Estruturar duas unidades de referência em bovinocultura de leite, voltadas ao ensino, capacitação e profissionalização, assim como para a transferência e apropriação do conhecimento científico e tecnológico.</p>

⁴¹ Alguns desses programas/projetos foram concluídos no final de 2010, outros continuavam sendo executados em 2012.

<p>Projeto de Crédito Fundiário (Término: abril / 2010)</p> <p>Objetivos: Fortalecer o Programa Nacional de Crédito Fundiário no Rio Grande do Norte; Qualificar os agricultores (as) familiares, jovens e extensionistas seguindo os padrões do Programa Nacional de Crédito Fundiário, através de um processo de capacitação continuada.</p>
<p>Projeto de Centros Comunitários de Produção (CCPs) no Âmbito do Leite – Fome Zero (Término: maio / 2010)</p> <p>Objetivos: Adquirir tanques de resfriamento de leite; Construir e adequar obras civis necessárias para abrigo dos tanques, beneficiando pronafianos atendidos pelo PAA – Leite, em comunidades atendidas pelo Programa Luz para Todos.</p>
<p>Projeto Letras do Campo (Término: dezembro / 2009)</p> <p>Objetivo: Erradicação do analfabetismo de jovens e adultos nas áreas rurais do Rio Grande do Norte.</p>
<p>Projeto de Infraestrutura para o Território do Mato Grande (Término: dezembro / 2010)</p> <p>Objetivo: Implantação de infraestrutura de Centro de Formação e Apoio à Agricultura Familiar para funcionamento das Unidades de Produção de Apicultura e de Beneficiamento do Caju.</p>
<p>Reconstituição da Agrobiodiversidade dos Agroecossistemas no Semiárido do RN (Término: dezembro / 2010)</p> <p>Objetivo: Promover uma extensão rural agroecológica, fundada no imperativo sócioambiental para as populações rurais e urbanas que habitam o ecossistema da caatinga do RN; Desenvolvimento de ações de proteção do solo que permitam a reconstituição da agrobiodiversidade, através de tecnologias agroecológicas simples e de baixo custo, garantindo o melhor aproveitamento do solo.</p>
<p>Projeto de Fortalecimento da Infraestrutura e Serviços, Novos Negócios e Comércio de Apoio ao Mercado – Emenda Parlamentar (Término: 20 / 11 / 2010)</p> <p>Objetivo: Promover o desenvolvimento territorial pelo fortalecimento da infraestrutura e da capacitação continuada de agricultores (as) familiares, técnicos, lideranças e parceiros, dentro dos princípios de sustentabilidade.</p>
<p>Projeto de Apoio ao Beneficiamento de Frutas, Mandioca, Mel e ampliação do Centro de Formação da Agricultura Familiar (Término: dezembro / 2010)</p> <p>Objetivo: Fortalecer o desenvolvimento territorial através do melhoramento da infraestrutura para apoiar os arranjos produtivos locais.</p>
<p>Projeto de Reestruturação de Cerâmica para Economia de Lenha (Término: dezembro / 2010)</p> <p>Objetivo: Disseminação de alternativas de economia de lenha em cerâmicas do município de Parelhas (área piloto de combate à desertificação).</p>

<p>Projeto de Produção Agroecológica Integrado e Sustentável no RN (PAIS) (agosto/2009 a agosto/2011)</p> <p>Objetivo: Implantar sistemas de produção em bases agroecológicas de horticultura e aves caipiras em área de assentamento e comunidades rurais.</p>
<p>Projetos para Implantação de Unidades Didáticas de Processamento de Carnes (Dezembro/2009 a dezembro/2010)</p> <p>Objetivo: Implantar Unidades didáticas de Processamento de Carne adequadas às condições de legislação sanitária e ambiental vigentes, nos municípios visando garantir a segurança alimentar e nutricional dos consumidores, e apoiar a agroindustrialização da agricultura familiar.</p>
<p>Projeto de Demandas Territoriais (Dezembro/2009 a dezembro/2010)</p> <p>Objetivo: Apoiar as cadeias produtivas da apicultura e fruticultura no Mato Grande; Construir e equipar um centro de qualificação; Adquirir equipamentos para estruturar as centrais de recebimento de produtos do projeto Compra Direta em diversos municípios; Construir e equipar uma unidade de produção de ração à base de caju e milho; Adquirir veículo utilitário com tanque de resfriamento de leite; Apoiar ações de acompanhamento dos diversos projetos.</p>

Fonte: EMATER-RN (2009)

Além destes programas e projetos, também foram desenvolvidas outras atividades no período em questão, sendo estas:

- **Escolas de Inclusão Digital e Cidadania (EIDC)** (Término: dezembro / 2010)

Objetivos: Oferecer conhecimentos em informática aos membros das comunidades rurais; Formar agentes multiplicadores na área de informática – monitores e educadores.

- **Cadeia Produtiva do Turismo Rural** (Término: dezembro / 2010)

Objetivos: Fortalecer o turismo rural; Preservar o meio ambiente; Valorizar a cultura local; Gerar renda para o público de assistência técnica e extensão rural.

- **Cadeia Produtiva do Leite** (Término: dezembro / 2010)

Objetivos: Fortalecer a bovinocultura no Rio Grande do Norte; Capacitar criadores de gado.

A partir do exposto pode-se constatar que a maioria das ações busca o incentivo a produção, na perspectiva de fortalecer a agricultura familiar e, concomitantemente, a geração de renda. Vale salientar que, de modo geral, na maioria dos programas e projetos citados, os beneficiários são as famílias, visto que a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP)⁴² é familiar. Os jovens numa perspectiva etária, por exemplo, ao constituírem unidade familiar própria é que assumem a condição de agricultor – adulto, passando também a condição de beneficiários. Isso se alinha a perspectiva da transição ou ingresso no mundo adulto a partir de práticas sociais. Caso contrário, estes ficam na dependência dos pais na unidade familiar de produção.

O desenvolvimento das ações de ATER, conforme o relatório de gestão do período 2003-2009 (EMATER, 2009, p.21), pautou-se numa estratégia de parceria ou na política da parceria, com vistas a potencializar tais ações. Nesse sentido, tem-se que:

O processo de fortalecimento da democracia brasileira e a mudança na concepção da gestão pública, de modelos normativo-verticais para modelos de maior participação direta e de gestão horizontalizada, tem determinado a necessidade do estabelecimento de parcerias, como forma de gestão das políticas públicas. Essas parcerias envolvem os diversos órgãos e instituições públicas, das três esferas, bem como organizações da sociedade civil e grupos de agricultores familiares.

Assim, a instituição contou com recursos provenientes de vários ministérios do governo federal - Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA/SDT/SAF), Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), Ministério da Educação (MEC); do Governo do Estado do Rio Grande do Norte, por meio de suas secretarias, e estabeleceu parcerias com instituições diversas, dentre estas: Prefeituras Municipais, Universidades, Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio Grande do Norte (FETARN), Banco do Nordeste, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Petrobrás, Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do RN (Sebrae/RN) e Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Norte (EMPARN).

⁴² A DAP é um instrumento de identificação do agricultor familiar para ter acesso às políticas públicas, como por exemplo o PRONAF.

Também é importante observar que, além dos órgãos públicos e organizações da sociedade civil, busca-se a parceria dos agricultores, em sintonia com a diretriz da PNATER que orienta a participação dos beneficiários na política de ATER. A adoção de estratégias participativas corrobora dois elementos importantes da Nova Gestão Pública: a clientelização e a integração com a sociedade (SOUZA et. al, 2009). Entretanto, resta-nos saber como isso se processa na prática.

No que se refere ao planejamento institucional, busca-se a definição de objetivos e diretrizes estratégicas em conformidade com a PNATER e com as orientações governamentais. De acordo com o relatório EMATER (2009), a sistematização do planejamento constitui-se das seguintes etapas: diagnóstico da realidade; eleição de prioridades nas comunidades rurais; e elaboração do Plano Municipal de ATER, do Plano Regional ou Territorial de ATER e do Plano Estadual das Ações de ATER. A programação das ações é sistematizada anualmente, através de ferramentas informatizadas⁴³, o que se torna difícil em alguns municípios em virtude da má qualidade do serviço de internet. O Plano Plurianual do período 2008-2011⁴⁴ apresentou como ações estruturantes os seguintes eixos⁴⁵:

- Educação do campo;
- Reconstituição dos agroecossistemas;
- Segurança alimentar e nutricional;
- ATER ao agronegócio da agricultura familiar;
- Desenvolvimento de recursos humanos;
- Infraestrutura de apoio à produção rural.

Nesse processo, apesar dos reconhecidos avanços, pontos críticos ou negativos foram identificados pela instituição, sendo estes (EMATER, 2009, p.13):

⁴³ Através do E-plan pode ser feita a sistematização da programação e do Ex-plan pode ser realizado o acompanhamento e monitoramento das atividades. Este último encontrava-se em fase de implantação no período.

⁴⁴ O referido PPA é parte integrante do Programa de Apoio à Agricultura Familiar, de responsabilidade da Secretaria da Agricultura, da Pecuária e da Pesca (SAPE).

⁴⁵ Informa o Relatório de Gestão (EMATER, 2009, p. 8) que as ações estruturantes foram selecionadas "... em consonância com as demandas das entidades representativas dos agricultores familiares (associações comunitárias, sindicatos e Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural, Grito da Terra e Fóruns Territoriais)...".

Planejamento estratégico não consolidado no seu todo; Fragilidade no processo de avaliação dos impactos da ação extensionistas no meio rural; Monitoramento de indicadores de desempenho de forma sistemática; Pesquisa do grau de satisfação dos agricultores atendidos de forma contínua; Má qualidade da conectividade nos pequenos municípios, dificultando a informatização dos processos.

Face ao exposto, pode-se observar que a primeira década dos anos 2000 foi um período caracterizado por reestruturação e retomada da ação institucional, o que também se deve ao momento histórico vivido pelo segmento de agricultura familiar no Brasil, momento de reconhecida importância, apesar dos problemas que ainda enfrenta, sobretudo com relação ao acesso à terra e a outros recursos necessários para a produção, como por exemplo, a água. Muitos desafios se apresentam, em termos de ação política e proposição de políticas públicas, que demandam também da ATER pública o planejamento de ações que possam efetivar “... estratégias que levem à geração de novos postos de trabalho agrícola e não-agrícola, no meio rural, à Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável, à participação popular e, conseqüentemente, ao fortalecimento da cidadania”, como propõe a PNATER (2004, p.6).

No próximo item trataremos das ações da instituição direcionadas especificamente para os jovens que vivem no meio rural. No entanto, também é possível perceber que no PPA 2008-2011 não existe nenhum eixo de ação estruturante centrado de forma específica nesta juventude, o que também não quer dizer que os jovens não apareçam como integrantes do público alvo de alguns programas e projetos da instituição.

4.3 ATUAÇÃO DA EMATER-RN COM FOCO NA JUVENTUDE RURAL

No conjunto das diretrizes que constituem a política de ATER, identificamos uma que faz referência direta à juventude rural, sendo esta: “Viabilizar ações de ATER dirigidas especificamente para a capacitação e orientação da juventude rural, visando estimular a sua permanência na produção familiar, de modo a assegurar o processo de sucessão.” (PNATER, 2004, p.8). Esta diretriz demonstra a preocupação com o processo sucessório, enfatizando a realização de ações voltadas para capacitação, no intuito de orientar e capacitar os jovens, possibilitando, assim, condições de vida e continuidade no campo. No entanto, faz-se necessário conhecer os anseios e as demandas desse público, problematizando com ele a realidade social.

No âmbito dos programas e projetos executados pela instituição, o **Projeto Projovem Rural e Protagonismo Juvenil** foram os únicos a terem como público alvo, especificamente, os jovens na faixa etária dos 15 aos 29 anos, tendo por objetivo: Promover a qualificação social e profissional para jovens rurais em situação de maior vulnerabilidade, nos arcos ocupacionais de Agroextrativismo e Pesca, gerando oportunidades de trabalho, emprego, melhoria de renda e cidadania.

Inicialmente, tratava-se de um projeto local, que se denominava Projeto Protagonismo Juvenil, executado em parceria com o governo federal, através do MEC, por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad) e da EMATER-RN. Foi implantado no Estado no ano de 2004 e como o próprio nome aponta, vislumbrava o/a jovem rural como protagonista de uma ação transformadora em seu meio social. De acordo com o relatório institucional EMATER (2007), no período de 2004 a 2006 esteve presente em 50 (cinquenta) municípios do Rio Grande do Norte, onde 291 jovens assumiram o papel de multiplicadores⁴⁶.

De modo geral, as ações do projeto se restringiam basicamente a realização de cursos de curta duração e oficinas temáticas sobre temas diversos, os quais tinham relação com o universo jovem ou eram do interesse dos jovens. Uma ação significativa desenvolvida no âmbito desse projeto, que envolveu jovens mulheres de uma comunidade quilombola no município de Patú⁴⁷, foi a realização de um curso de

⁴⁶ O papel dos jovens multiplicadores era fazer a articulação entre o extensionista rural do município e os jovens da comunidade. Durante 10 meses recebiam uma bolsa no valor de R\$ 80,00 (oitenta reais).

⁴⁷ O município de Patú está localizado na mesorregião do Oeste Potiguar e na microrregião Serrana do estado do RN. Nesse município, as ações do projeto tiveram início no ano de 2006. Foram selecionados 03 (três) jovens, dois do sexo feminino e um do sexo masculino, na faixa etária dos 14 aos 20 anos,

capacitação em corte e costura, aproveitando máquinas de costura semi-industriais que haviam sido doadas para a comunidade⁴⁸, mas que estavam ociosas. A proposta era capacitar para a confecção de camisetas e pijamas femininos em malha, considerando que dentre os objetivos do projeto destacava-se “A inserção do jovem em risco de vulnerabilidade e sua inclusão social através da capacitação...” (EMATER/RN - RELATÓRIO DE GESTÃO, 2007). Desse modo, seria disponibilizado o material didático necessário para a realização do curso, bem como recurso financeiro para pagamento de instrutor e fornecimento de lanche para as alunas no período das aulas.

Vale salientar que uma pesquisa realizada por Oliveira (2007) com jovens do sexo feminino com idades entre 15 e 25 anos, moradoras da referida comunidade, acerca das perspectivas destas com relação ao futuro, evidenciou que a maioria das jovens apresentava o desejo de trabalhar e morar na cidade, umas se referindo à sede do município e outras se referindo a municípios maiores, visto que não vislumbravam futuro promissor na comunidade de origem. O fator educacional se apresentava como propulsor dos projetos de futuro. A constatação feita nesse estudo se alinha às constatações realizadas em pesquisas desenvolvidas sobre processo sucessório na AF, sobretudo na região sul do país (SILVESTRO et al., 2001).

Posteriormente, o Protagonismo Juvenil foi incorporado ao Projovem Rural, o qual foi implementado no Estado no ano de 2009, sendo concebido institucionalmente como “uma ampliação e institucionalização do Projeto Protagonismo Juvenil (Projeto local)”. As ações do projeto foram concluídas em dezembro de 2010, sendo sua linha de atuação direcionada basicamente para capacitação profissional dos jovens, como mostra o Box 05 - Funcionamento e inovações implementadas:

residentes em 03 (três) comunidades rurais distintas, para atuarem como multiplicadores, mobilizando os jovens da sua comunidade e intermediando as ações e atividades elegidas pelos grupos locais.

⁴⁸ As máquinas de costura haviam sido doadas pela Fundação Cultural Palmares, no intuito de viabilizar um projeto de capacitação de mão-de-obra e geração de ocupação e renda para as mulheres quilombolas.

Box 06 - Funcionamento e inovações implementadas

- Capacitação para 1000 jovens rurais com faixa etária de 18 a 29 anos, especificamente nos arcos ocupacionais, o Agroextrativismo e a Pesca;
- Desenvolvimento de micro e pequenos negócios agrícolas e não agrícolas a serem liderados pelos jovens com qualificação social e profissional;
- Programa focando duas ocupações: trabalhador em cultivo regional, extrativista florestal de produtos regionais, criador de pequenos animais e artesão regional;
- Cursos realizados com carga horária de 350 horas/aula, sendo 100 horas de qualificação social (português, matemática, inclusão digital, noções de direito, cidadania e meio ambiente) e 250 horas/aula de qualificação profissional;
- Projovem Rural – política pública nacional – veio como uma ampliação e institucionalização do Projeto de Protagonismo Juvenil (Projeto local).

Fonte: EMATER (2009)

Interessa-nos observar que os documentos Relatório de Gestão (EMATER-RN, 2007; 2009) informam que no período de 2005 a 2006, o Projeto Protagonismo Juvenil capacitou direta e indiretamente 5.820 jovens, inseridos em 50 municípios do Estado, e que o Projovem Rural capacitou 1000 jovens em 2009. Também apresenta como resultado a “Criação de um ambiente favorável para o desenvolvimento de micro e pequenos negócios agrícolas e não agrícolas a serem liderados por jovens;”. No entanto, não qualifica esse ambiente favorável, ficando restrito a quantificação de jovens capacitados.

Nos processos de capacitação, a instituição atuou em parceria com outros órgãos do governo estadual - SETHAS e SINE/RN⁴⁹. Além da capacitação para o trabalho, o projeto realizou transferência de renda⁵⁰ para os participantes.

Outro ponto a ser observado nos resultados é o que faz referência aos municípios beneficiados com projetos de agroextrativismo, sendo estes: Mossoró, Nova Cruz, Vera Cruz, Santa Cruz, Serra Caiada, São Miguel, São José de Mipibu e João Câmara. Neste ponto consta que “Todo o esforço concentrado foi no sentido de incluir, pelo menos, 30% dos agricultores familiares capacitados no mercado de trabalho formal ou informal.”, mas não esclarece quais condições foram ou serão oferecidas para que se favoreça isso.

⁴⁹ Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social (SETHAS) e Sistema Nacional de Emprego (SINE/RN).

⁵⁰ Auxílio financeiro durante 06 meses no valor de R\$100,00 (cem reais) para 1000 jovens.

Na análise de Sposito e Corrochano (2005), no Brasil as iniciativas governamentais direcionadas para os jovens estariam centradas, predominantemente, na formulação de um modelo de ação voltado para os jovens pobres, buscando integrá-los socialmente ao mundo do trabalho. O Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem)⁵¹ pode ser citado como referência, visto que nele o protagonismo juvenil e a qualificação profissional aparecem como os principais objetivos.

Uma possibilidade para os jovens do campo que almejam ter a própria produção e gerar renda seria o acesso ao crédito, independentemente do pai, por meio da linha PRONAF-Jovem, que é direcionada para agricultores ou filhos de agricultores, com idade entre 16 e 29 anos, que desejam financiar uma atividade geradora de renda, tais como projetos agropecuários ou em outras áreas, como o turismo rural, artesanato, dentre outras. Essa linha integra o programa, dispensa a condição da unidade familiar própria e seu objetivo é estimular ou possibilitar a permanência do jovem na terra, contribuindo para a conquista da autonomia, visto que “não existe desenvolvimento rural sem jovens” (SILVESTRO et al., 2001). No entanto, essa linha de crédito no Rio Grande do Norte praticamente não é operacionalizada, já que a quantidade de contratos no período analisado é insignificante, o que pode se dever a diversas questões⁵², inclusive a falta de informação da população e de divulgação por parte da instituição.

⁵¹ Regulamentado pela Lei n.11.692, de 10 de junho de 2008

⁵² Essa questão requer uma pesquisa de campo aprofundada, na qual extensionistas rurais e jovens dos diversos territórios rurais do RN possam ser ouvidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo investigar as ações que foram desenvolvidas com foco nos jovens do meio rural no período de 2003 a 2010, no contexto da agricultura familiar, no âmbito da ATER governamental no estado Rio Grande do Norte. Essas ações englobam os programas de políticas públicas, bem como os projetos direcionados, especificamente, para os/as jovens implementados e executados pela EMATER/RN. Esse objetivo foi se constituindo a partir da prática profissional no âmbito da extensão rural no estado do RN, em meio às questões e debates relacionados ao desenvolvimento rural, bem como às novas ruralidades.

Como pressuposto, adotamos o entendimento de que a política pública para juventude no Brasil apresentou avanços nos últimos anos, sobretudo a partir de 2005, em decorrência de mobilizações de setores da sociedade, mas no que se refere aos jovens do meio rural, ainda se apresentam muitas inquietudes e desafios a serem perseguidos, inclusive no estado do RN, onde os dados censitários mostram que o número de pessoas que vivem no meio rural continua apresentando redução.

Nesse contexto, a discussão assume cada vez mais importância, visto que as sociedades modernas são marcadas por mudanças que afetam os jovens, sobretudo no aspecto produtivo; o cenário rural assume uma nova configuração na contemporaneidade; o trabalho é tido como uma categoria fundamental na conquista da autonomia e no processo de inclusão social dos jovens; o debate sobre juventudes ganhou expressividade; e a categoria juventude rural emerge nas organizações governamentais e não governamentais, bem como nos movimentos sociais, tendo se organizado e reivindicado políticas públicas para o grupo.

Desse modo, no decorrer do estudo, pudemos constatar que a política pública para juventude, em termos gerais, apresentou avanços. A PNJ destaca-se como marco na agenda da juventude brasileira, isso porque até o momento esta era entendida apenas como uma fase de transição da infância para a vida adulta pelo Estado. Tanto é que em função do ECA, as políticas públicas só beneficiavam as pessoas com idade até 18 anos, a partir dessa idade os sujeitos já eram enquadrados no grupo adulto, desconsiderando-se as especificidades do grupo.

Sobre a juventude rural, é evidente a existência de características comuns e o compartilhamento de desejos com jovens urbanos. Entretanto, em meio a essa realidade não devem ser desconsideradas as suas especificidades e suas apropriações culturais.

Observou-se que esta juventude não pode ser vista ou definida apenas com base no enfoque etário, como muitas vezes os formuladores de políticas consideram, tendo em vista apenas o aspecto demográfico, nem sob a perspectiva da simples transição a partir de práticas sociais, em virtude da possibilidade de antecipação ou desconexão entre estas. Devem ser considerados os processos de interação social e os contextos sociais que a configuram.

No contexto da agricultura familiar, foram formuladas políticas específicas para agricultores familiares e, mais recentemente, a partir de 2003, programas para segmentos específicos desta categoria social, como os jovens e as mulheres. Mas, com relação aos jovens do meio rural do estado do Rio Grande do Norte, estes continuam não dispor de muitas possibilidades. Constatou-se que o público jovem é abrangido no contexto dos agricultores familiares em geral, sendo escassas as ações específicas, pelo menos no âmbito da ATER governamental. Entendemos que só os processos de capacitação não são suficientes para possibilitar condições de vida e a permanência nesse meio, caso queiram. É necessário que outras ações sejam efetivadas, as quais possam colaborar para isso, a partir de processos de definição com enfoque participativo.

Nessa perspectiva, tanto as dinâmicas migratórias quanto a questão da sucessão rural aparecem nas pautas das discussões, sobretudo no contexto das políticas públicas. Além disso, a categoria demanda ainda: garantia de acesso à terra; a institucionalização da política de juventude rural nos territórios; o reconhecimento da juventude enquanto segmento estratégico para o desenvolvimento rural sustentável, fortalecendo a participação política dos jovens nos espaços de controle social de políticas públicas; e amplo acesso a Educação do Campo, bem como aos processos formativos, como as capacitações que já ocorrem no âmbito dos programas e projetos.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. M. (org.). **Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2008.

ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M. G.; PINHEIRO, L. C.; et.al. **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas**. Brasília: UNESCO, 2002.

ABRAMOVAY, R.; PIKETTY, M. Política de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF): resultados e limites da experiência brasileira nos anos 90. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**. Brasília, v.22, n.1, p.53-66, jan./abr. 2005.

ALTAFIN, I. G. **Sustentabilidade, políticas públicas e agricultura familiar: uma apreciação sobre a trajetória brasileira**. Brasília: UnB, 2003. 255f. Tese de Doutorado – Universidade de Brasília. Centro de Desenvolvimento Sustentável.

ALTIERI, M. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. – 4. ed. - Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho**. São Paulo: Cortez, 2000

ANTUNES, R.; ALVES, G. As mutações no mundo do trabalho na era de mundialização do capital. **Educ. Soc.** Campinas, v.25, n. 87, p. 335-351, mai/ago. 2004.

ARENDT, H. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993. Tradução: Roberto Raposo

BARCELLOS, S. B. **Juventude rural e políticas públicas no Brasil**: Breve contextualização e reflexões. 1. Seminário Nacional de Juventude Rural e Políticas Públicas. Secretaria Nacional de Juventude. 2012.

BASTOS, F. **Ambiente institucional no financiamento da agricultura familiar**. São Paulo: Polis, 2006.

BOURDIEU, P. “A ‘juventude’ é apenas uma palavra”, entrevista a Anne-Marie Métaillé, e originalmente publicada em **Les Jeunes et le Premier Emploi**.

Paris: Association des Ages, 1978. Edição em português em : P. Bourdieu. *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Ed. Marco Zero, 1983, pp. 112-121.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Agricultura Familiar. **Política Nacional de ATER**. Brasília, 2004.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Agricultura Familiar. **Um novo Brasil rural**./ Ministério do Desenvolvimento Agrário [2003/2010]. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2010.

BRASIL. Secretaria-Geral da Presidência da República. Portal da Juventude. **Guia de Políticas Públicas de Juventude**. Brasília, DF, 2006. Disponível em: <<http://www.juventude.gov.br>>. Acesso em: 22 nov. 2012.

BRASIL. **Lei n.11.129**, de 30 de junho de 2005. Institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem; cria o Conselho Nacional de Juventude – CNJ e a Secretaria Nacional de Juventude; altera as Leis n.10.683, de 28 de maio de 2003 e n.10.429, de 24 de abril de 2002; e dá outras providências. Brasília, DF, 2005. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil>>. Acesso em: 21 nov. 2012.

BRASIL. **Lei 11.692**, de 10 de junho de 2008. Dispõe sobre o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem, instituído pela Lei n.11.129, de 30 de junho de 2005, altera as Leis n.10.836, de 9 de janeiro de 2004; revoga dispositivos das Leis n.9.608, de 18 de fevereiro de 1998, 10.748, de 22 de outubro de 2003, 10.940, de 27 de agosto de 2004, 11.129, de 30 de junho de 2005, e 11.180, de 23 de setembro de 2005; e dá outras providências. Brasília, DF, 2008 a. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil>>. Acesso em: 21 nov. 2012.

BRASIL. Sítio na Internet da Secretaria-Geral da Presidência da República. **Secretaria Nacional de Juventude**. Brasília, DF, 2008b. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br>>. Acesso em: 21 nov. 2012.

BRUMER, A. A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade. In: Carneiro, M. J.; Castro, E. G. (org). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad x, 2007.

CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. Êxodo Rural, envelhecimento e masculinização no Brasil. **Panorama dos últimos 50 anos**. Rio de Janeiro: Ipea, 1997.

CARNEIRO, M. J. Política Pública e Agricultura Familiar: uma leitura do Pronaf. **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 1997.

CARNEIRO, M. J. Juventude e novas mentalidades no cenário rural. In: Carneiro, M.J: Castro, E. G. (org). **Juventude rural em perspectiva** Rio de Janeiro: Mauad x, 2007.

CARVALHO, F. X. Configuração da política pública para a juventude no Brasil. In: _____. **Análise da configuração de políticas públicas para a juventude a partir de 1990: evidenciando concepções e estratégias neoliberais**. 2009. 155 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Estadual de Maringá.

DE TONI, M. Visões sobre o trabalho em transformação. **Sociologias**. Porto Alegre, ano 5, n. 9, p. 246-286, 2003.

INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO RIO GRANDE DO NORTE. **EMATER/RN: comprometida com o fortalecimento da agricultura familiar/EMATER-RN**. – Natal, 2007, 72p.

INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO RIO GRANDE DO NORTE. **Relatório de gestão/ EMATER - RN**. – Natal, 2009.

FERREIRA, B. e ALVES, F. Juventude Rural: alguns impasses e sua importância para a agricultura familiar. In **Juventude e políticas sociais no Brasil**. CASTRO J. A.; AQUINO, L. A. M. C. de, ANDRADE C. C. (orgs). – Brasília: Ipea, 2009.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 1994.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2006.

MARX, K. **Trabalho assalariado e capital & salário, preço e lucro**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MELUCCI, A. Juventude, tempo e movimentos sociais. In: PERALVA, Angelina; SPÓSITO, Marília Pontes (Orgs.). **Juventude e contemporaneidade. Revista Brasileira de Educação**. n. 5/6. São Paulo: ANPEC, 1997.

OFFE, C. Trabalho: categoria chave da Sociologia. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 10, v. 4, p.5-20, 1989.

OLIVEIRA, I. J. C. **A jovem rural e o mundo do trabalho na atualidade**: desafio para a extensão rural. 2007. Monografia (Especialização em Extensão Rural para o Desenvolvimento Sustentável). Universidade Federal Rural do Semiárido.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Escritório Regional para América Latina e Caribe. **Trabalho Decente e Juventude**. América Latina. Resumo Executivo. Brasília, Organização Internacional do Trabalho, 2007.

PAIS J. M.; et. al. Jovens europeus: retrato da diversidade. **Tempo social**, v.17, n.2, p. 109-140, nov. 2005.

PETERSEN, P.; DAL SOGLIO, F. K.; CAPORAL, F. R. A construção de uma ciência a serviço do campesinato. In: PETERSEN, Paulo (org.). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.

POCHMAN, M. **A inserção ocupacional e o emprego dos jovens**. São Paulo: ABET (Associação Brasileira de Estudos do Trabalho), 1998.

POCHMAN, M. Emprego e desemprego juvenil no Brasil: as transformações nos anos 90. In: Juventude, educação e sociedade. **Movimento** – Revista da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense. n. 1. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2000.

PRONAF. Buscando as raízes: Agricultura Familiar e Reforma Agrária. **Caderno de Capacitação**, nº1. Brasília, junho de 2002.

QUEIROZ, L. R. S. Pesquisa quantitativa e pesquisa qualitativa: Perspectivas para o campo da etnomusicologia. Disponível em: http://www.cchla.ufpb.br/claves/pdf/claves02/claves_2_pesquisa_quantitativa.pdf. Acesso em 08 mar. 2011.

SCHNEIDER, S. Agricultura familiar e desenvolvimento rural endógeno: Elementos Teóricos e um Estudo de Caso. In: FROEHLICH, J. M. (org.). **Desenvolvimento rural: tendências e debates contemporâneos**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2006.

SILVA, A. G. Meio rural: o espaço da exclusão? In: M. M. Valença & R. C. C. Gomes (org.). **Globalização & Desigualdade**. (pp.162 – 176) Natal: A. S. Editores, 2002.

SILVA, J. G. **O novo rural brasileiro**. Coleção Pesquisas 1. Campinas: Universidade Estadual de Campinas-UNICAMP. Instituto de Economia, 1999.

SILVA, J. G. O novo rural brasileiro. **Revista Nova Economia**. Belo Horizonte, v.7, nº1, p.43-81, 1997.

SILVA, J. G. **A nova dinâmica da Agricultura Brasileira**. Campinas, São Paulo: Editora Unicamp, 1996.

SILVA, J. G. Velhos e novos mitos do rural brasileiro. **Estudos Avançados**, v. 15, n. 43, São Paulo, 2001: pp. 37-50.

SILVA, J. G. Políticas não agrícolas para o novo rural brasileiro. (117-141). In: XXXVI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 1998, Brasília. **Anais...**Brasília: SOBER, 1998.

SILVESTRO, M. L.; ABRAMOVAY, R.; MELLO, M. A.; DORIGON, C.; BALDISSERA, I. T. – **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura Familiar**. Florianópolis: EPAGRI; Brasília: Nead/MDA, 2001.

SOUZA, W. J.; et. al. **Nova Gestão Pública, nova extensão rural: experiências inovadoras da EMATER-RN**. Natal: EDUFRRN, 2009.

SOUZA, W. J.; et. al. Por uma Nova Gestão Pública e Assistência Técnica e Extensão Rural: o caso da EMATER-RN. In: 48º Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 2010, Campo Grande. **Anais...**Campo Grande: SOBER, 2010.

SPOSITO, M.; CARRANO, P. C. R. **Os jovens na relação sociedade-estado: entre problemas sociais na concepção ampliada de direitos**. São Paulo: ANPED, 2002. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/26/outros>>. Acesso em: 19 nov. 2012.

SPOSITO, M. P. Trajetórias na constituição de políticas públicas de juventude no Brasil. In: FREITAS, Maria Virgínia; PAPA, Fernanda de Carvalho (Org.). **Políticas Públicas: juventude em pauta**. São Paulo: Cortez: Ação Educativa: Fundação Friedrich Ebert, 2003.

SPOSITO, M.; CARRANO, P. C. R. Juventude e política pública no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Campinas: ANPED, n.24, p.16-39, set./dez. 2003.

SPOSITO, M.; CARRANO, P. C. R. **Os jovens na relação sociedade-estado: entre problemas sociais na concepção ampliada de direitos**. São Paulo: ANPED, 2002. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/26/outros>>. Acesso em: 02 dez. 2012.

SPOSITO, M. P.; CORROCHANO, M. C. A face oculta da transferência de renda para jovens no Brasil. **Tempo Social-Revista de Sociologia da USP**, v. 17, n. 2, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 14 nov. 2012.

SPOSITO, M. P. Educação e juventude: versão reformulada de texto apresentado como documento base no grupo temático Educação e Juventude no **Encontro Preparatório à Reunião dos países do Mercosul – Estratégia Regional de Continuidade da V CONFINTEA**. Curitiba, outubro 1998.

TOLFO, S. R.; PICCININI, V. Sentidos e significados do trabalho: explorando conceitos, variáveis e estudos empíricos brasileiros. **Psicologia & Sociedade**, v. 19, Edição Especial 1, p.38-46, 2007.

UNESCO. **Políticas públicas de/para/com as juventudes**. – Brasília: UNESCO, 2004. 304p.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: **XX Encontro Anual da ANPOCS**. Caxambu, outubro 1996. Disponível em: <<http://gipaf.enptia.embrapa.org.br/publicações/artigos-e-trabalhos/nazareth96.1.pdf>>. Acesso em: 10 mai. 2012

WANDERLEY, M. N. B. Jovens rurais de pequenos municípios de Pernambuco: que sonhos para o futuro. In: Carneiro, M.J; Castro, E. G. (org). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad x, 2007.

WANDERLEY, M. N. B. O agricultor familiar no Brasil: um ator social construção do futuro. In: PETERSEN, Paulo (org). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.

WEISHEIMER, N. **Juventudes rurais: mapa de estudos recentes**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005.

WEISHEIMER, N. Juventude como categoria sociológica. In: _____. **A situação juvenil na agricultura família**. 2009. 333 f. Tese (Doutorado em Sociologia). Programa de Pós- Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. p.51-86. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br>>. Acesso em: 18 out. 2012.

